



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS
Núcleo de Arquitetura e Urbanismo

Proc. 0806/11/17779

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM PROCESSOS DE DESENHO URBANO E DE URBANISMO

Levantamento e descrição de métodos e técnicas

Lisboa • fevereiro de 2013

I&D EDIFÍCIOS

RELATÓRIO 41/2013 – DED/NAU

Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo

Levantamento e descrição de métodos e técnicas

Resumo

Por «participação comunitária» entende-se o envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito ou que afetam o seu desenvolvimento futuro. Um processo de participação comunitária promove o «empoderamento» (*empowerment*) dos indivíduos envolvidos, bem como o aumento dos níveis de cooperação e de controlo por parte dos membros da comunidade sem os hierarquizar.

Em Portugal, o recurso à participação comunitária tem vindo a aumentar ao longo das últimas duas décadas, mas nem todos os processos de participação comunitária foram conduzidos de forma consciente e sistematizada. Neste contexto, considerou-se importante e oportuno realizar um estudo exploratório que levante, analise e organize os principais métodos e técnicas de participação que podem ser utilizados com vista a envolver as comunidades em processos de desenho urbano e de urbanismo. O estudo assentou numa revisão da literatura sobre o tema da participação comunitária.

Os principais resultados foram a identificação e descrição de 13 métodos e 57 técnicas de participação comunitária. Optou-se por agrupar as técnicas em seis conjuntos: técnicas de tomada de consciência, técnicas indiretas, técnicas de interação de grupo, técnicas abertas, técnicas de exploração de ideias e técnicas de base tecnológica. Verificou-se que os métodos e as técnicas de participação comunitária se vão progressivamente desenvolvendo e adaptando às situações particulares, fazendo surgir novas formas de atuar.

O presente relatório está organizado em cinco capítulos. Após o primeiro capítulo de introdução, apresenta-se no capítulo 2 a definição de alguma da terminologia utilizada e a descrição da estrutura de análise. Os capítulos 3 e 4 apresentam, respetivamente, a descrição dos principais métodos e técnicas de participação comunitária. No último capítulo são sintetizados os principais resultados, discutidas as suas implicações e propostas algumas linhas de investigação futura. Em anexo, apresentam-se tabelas comparativas dos métodos e das técnicas de participação comunitária propostos por diversos autores.

Community participation in processes of urban design and urbanism
Survey and description of methods and techniques

Abstract

The term «community participation» refers to the involvement of communities in decisions that concern them or affect their future development. A process of community participation promotes empowerment of the involved individuals and increases the levels of cooperation and control of the community members without setting a hierarchy.

In Portugal, the use of community participation has been increasing over the past two decades, but not all processes or community participation were conducted in a conscious and systematic way. In this context, it was considered important and opportune to conduct an exploratory study to gather, organize and analyse the main methods and techniques of participation used to involve communities in processes of design and urban planning. The study was based on a literature review about community participation.

The main results were the identification and description of 13 methods and 57 techniques of community participation. The techniques were grouped into six groups: technical awareness, indirect techniques, group interaction techniques, open techniques, techniques for exploration of ideas and based technology techniques. It was found that methods and techniques of community participation are gradually developing and adapting to particular situations, giving rise to new ways to act.

This report is organized into five chapters. After the first introductory chapter, the meaning of some terminology and a description of the review framework are presented in chapter 2. Chapters 3 and 4 contain, respectively, a description of the methods and techniques of community participation. In the last chapter are summarized the main results, discussed their implications and described some future research lines. In annex, comparative tables with methods and techniques of social participation proposed by several authors are presented.

Participation communautaire dans les processus de conception urbaine et de l'urbanisme
Enquête et description des méthodes et des techniques

Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo
Levantamento e descrição de métodos e técnicas

Índice

1.	Introdução.....	1
1.1	Problema.....	1
1.2	Objetivo.....	3
1.3	Metodologia.....	3
1.4	Estrutura do relatório e convenções	4
1.5	Enquadramento institucional.....	5
2.	Terminologia e estrutura de análise	6
2.1	Terminologia.....	6
2.2	Estrutura de análise – Métodos	7
2.3	Estrutura de análise – Técnicas.....	10
3.	Métodos de participação comunitária	11
3.1	Planeamento estratégico.....	11
3.2	Visão	13
3.3	Processo «Charrette»	15
3.4	Planeamento comunitário de ações.....	16
3.5	Pesquisa-ação participativa	18
3.6	Jogo participativo	19
3.7	Sessões ou oficinas de trabalho.....	21
3.8	Avaliação e preferência visual	23
3.9	Júri ou conferência de cidadãos.....	24
3.10	Painel de peritos.....	26
3.11	Células de planeamento	27
3.12	Tertúlia	29
3.13	Avaliação pós-ocupação.....	30
4.	Técnicas de participação comunitária	33
4.1	Técnicas de tomada de consciência	33
4.2	Técnicas indiretas	38
4.3	Técnicas de interação de grupo	38
4.4	Técnicas abertas.....	40
4.5	Técnicas de exploração de ideias.....	42
4.6	Técnicas de base tecnológica	44
5.	Conclusões e discussão	45
5.1	Síntese de resultados	45

5.2	Discussão dos resultados	46
5.3	Limitações.....	48
5.4	Desenvolvimentos futuros.....	48
	Referências bibliográficas	50
	Anexo 1 – Tabelas comparativas dos métodos e técnicas de participação comunitária propostos por diversos autores.....	A1.1

Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo
Levantamento e descrição de métodos e técnicas

Índice de figuras

Figura 1 – Análise do «Planeamento estratégico»	12
Figura 2 – Análise da «Visão».....	14
Figura 3 – Análise do «Processo Charrete»	16
Figura 4 – Análise de «Planeamento comunitário de ações».....	17
Figura 5 – Análise de «Pesquisa-ação participativa».....	19
Figura 6 – Análise de «Jogos participativos»	20
Figura 7 – Análise de «Sessões de trabalho».....	22
Figura 8 – Análise de «Avaliação e preferência visual»	24
Figura 9 – Análise de «Júri ou conferência de cidadãos».....	25
Figura 10 – Análise de «Painel de peritos».....	27
Figura 11 – Análise de «Células de planeamento».....	28
Figura 12 – Análise de «Tertúlia»	30
Figura 13 – Análise de «Avaliação pós-ocupação»	31

Índice de quadros

Quadro 1 – Quadro resumo com principais características dos métodos de participação comunitária.....	45
Quadro 1.1 – Métodos propostos por Sanoff (2000).....	A1.3
Quadro 1.2 – Métodos propostos por Wates (2000)	A1.4
Quadro 1.3 – Métodos propostos por Henderson (2003)	A1.6
Quadro 1.4 – Métodos propostos por Slocum (2003)	A1.7

Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo
Levantamento e descrição de métodos e técnicas

Lista de acrónimos e siglas

AEIPS	Associação para o Estudo e Integração Psicossocial
AKDN	<i>Aga Khan Development Network</i>
AKF	<i>Aga Khan Foundation</i>
APO	Avaliação Pós-Ocupação (<i>Post Occupancy Evaluation</i>)
CEBSD	<i>Combined European Bureau for Social Development</i>
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural
FSE	Fundo Social Europeu
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
ISPA-IU	Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
NCVO	<i>National Council for Voluntary Organisations</i>
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	<i>Participatory Appraisal</i>
PAME	<i>Participatory Assessment, Monitoring and Evaluation</i>
PAR	<i>Participatory Action Research</i>
PARK	<i>Preserve – Add – Remove – Keep out</i>
PLA	<i>Participatory Learning and Action</i>
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SWOT	<i>Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats</i>
UE	União Europeia

Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo
Levantamento e descrição de métodos e técnicas

1. Introdução

1.1 Problema

Por «participação comunitária» entende-se o envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito ou que afetam o seu desenvolvimento futuro. O objetivo da participação comunitária é conferir a todos os membros de uma comunidade a oportunidade de, em igualdade de circunstâncias e num ambiente democrático, ter uma voz ativa e tomar parte nas tomadas de decisão que afetam essa comunidade e a sua qualidade de vida.

Os processos de participação comunitária são sistemas de transformação contínua que se repetem em ciclos. Estes processos usualmente incluem 3 fases: planeamento, implementação e avaliação.¹ Os processos de participação comunitária podem ter várias consequências positivas, a curto e longo prazo, ao nível individual, organizacional e comunitário, como a seguir se descreve.²

1) Individual:

- a) Aumentar as capacidades e aptidões (*capabilities*), únicas e individuais, de cada um dos cidadãos envolvidos no processo. Aumentar a sua autoestima, a disponibilidade para cooperar e o sentimento de pertença à comunidade em geral.
- b) Aumentar as capacidades profissionais e «saber fazer» (*know how*) dos técnicos, especialistas, líderes e decisores-chave envolvidos, conferindo-lhes uma melhor compreensão da comunidade.

2) Organizacional:

- a) Aumentar a capacidade de atrair indivíduos e recursos necessários para implementar os processos.

¹ Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 9.

² Wates, N. – *The Community Planning Handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000.

- b) Reduzir os conflitos que consomem tempo e recursos, prejudicando por vezes de forma irreversível o desenvolvimento dos processos.
 - c) Aumentar a informação disponível para tomar decisões e, assim, conferir maior capacidade de resposta em ambientes dinâmicos e mutáveis onde as organizações atuam.
- 3) Comunitário:
- a) Fortalecer o sentimento de comunidade e de pertença, eliminando ou reduzindo os conflitos internos e promovendo a cooperação.
 - b) Obter resultados mais adequados às especificidades da comunidade.
 - c) Garantir o apoio, generalizado e a longo prazo, aos processos de transformação e consequentemente promover a sustentabilidade e independência dos resultados para além do período de funcionamento das intervenções.

Resumindo, podemos dizer que um processo de participação comunitária promove o «empoderamento» (*empowerment*) dos indivíduos envolvidos, bem como o aumento dos níveis de cooperação e de controlo por parte dos membros da comunidade sem os hierarquizar.

A prática da participação é bastante antiga, podendo ser observada em sociedades pré-literárias. Contudo, o conceito de participação comunitária tem por base os movimentos de desenvolvimento do «terceiro mundo», que foram particularmente ativos nas décadas de 50 e 60 do século passado. A ligação entre as teorias de participação comunitária e o desenvolvimento social está associada aos programas da Organização das Nações Unidas (ONU) que incentivavam que todas as pessoas fossem envolvidas nos processos políticos e pudessem partilhar os processos de desenvolvimento.³ Já em 1948 num comunicado que representa bem os esforços da Organização Mundial de Saúde (OMS), resultado da Conferência de Verão de Cambridge sobre Administração Africana, o desenvolvimento comunitário é definido como:

«A movement designed to promote better living for the whole community with the active participation, and if possible on the initiative of the community, but if this initiative is not forthcoming spontaneously, by the use of techniques for arousing and stimulating it in order to secure its active and enthusiastic response to the movement.»⁴

Os movimentos políticos da década de 60 do século XX aumentaram o nível de consciência dos cidadãos para com a sua falta de poder e de influência em muitos aspetos centrais das suas vidas, como as políticas de planeamento e de habitação. Um desses aspetos é a reduzida influência dos cidadãos nos temas da investigação sobre a sociedade, bem como a interpretação dos dados

³ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 1.

⁴ Trickett, E. & Espino, S. – *Collaboration and Social Inquiry: Multiple Meanings of a Construct and Its Role in Creating Useful and Valid Knowledge*. 2004. p. 5.

obtidos pelos investigadores e as consequências políticas que daí advêm.⁵ Muitos movimentos de «defesa/intervenção» (*advocacy*) surgem e ganham força a partir desta altura, tendo influenciado a forma como a comunidade científica procede às suas intervenções nas áreas sociais.

Durante as décadas de 70 e 80 do século XX, o conceito de participação comunitária foi sobretudo utilizado pelos movimentos de base (*grass rooted*) e Organização Não-Governamental (ONG), tendo sido a partir dos anos 90 que o conceito começou a ser generalizado ao nível institucional e governamental.⁶ Atualmente o conceito é frequentemente aplicado ou referido em múltiplas áreas da sociedade.

Em Portugal, o recurso à participação comunitária tem vindo a aumentar ao longo das últimas duas décadas, mas nem todos os processos ou programas foram conduzidos de forma consciente e sistematizada. Não existindo uma cultura fortemente enraizada de participação na sociedade portuguesa, os processos, quando acontecem, são com alguma frequência meramente de consulta ou divulgação, que não usam todo o potencial da participação comunitária. Os resultados alcançados são assim muitas vezes insuficientes, consumindo recursos, sem produzir a necessária mudança nos sistemas onde se atua.

1.2 Objetivo

O objetivo do estudo é levantar, analisar e organizar os principais métodos e técnicas de participação que podem ser utilizados com vista a envolver as comunidades em processos de desenho urbano e de urbanismo. Neste contexto, pretende-se dar respostas às seguintes questões:

- 1) Quais os principais métodos utilizados para implementar a participação comunitária?
- 2) Quais as principais técnicas utilizadas para implementar a participação comunitária?

1.3 Metodologia

O estudo assenta numa revisão da literatura sobre o tema da participação comunitária. A seleção da literatura utilizada para identificar os principais métodos e técnicas de participação comunitária foi realizada com base nos seguintes critérios:

- 1) Relevância – Documentos de autores cujo trabalho teórico e prático na área da participação comunitária é extenso e de reconhecida notoriedade a nível internacional.
- 2) Atualidade – Documentos recentes, *i.e.* posteriores ao ano 2000.
- 3) Conteúdo – Documentos que contenham uma revisão da literatura sobre o tema, o que permitiu através de um reduzido número de referências abranger indiretamente um maior leque de estudos sobre o tema.

⁵ Idem.

⁶ Gaventa, J. – *Poverty, Participation and Social Exclusion in North and South*. 1998. pp. 50-57.

Com vista a alcançar este objetivo o estudo foi desenvolvido de acordo com a seguinte metodologia:

Fase 1 – Caracterização do objeto de estudo:

- a) Definição do conceito de «participação comunitária».
- b) Recolha e estudo da principal literatura sobre o tema.

Fase 2 – Desenvolvimento de instrumentos de análise:

- c) Sistematização de conceitos utilizados no estudo.
- d) Elaboração e revisão de uma estrutura de análise.
- e) Teste e discussão da estrutura de análise.

Fase 3 – Análise e síntese da literatura:

- f) Seleção dos métodos e técnicas de participação comunitária a analisar.
- g) Análise e descrição de cada um dos métodos selecionados.
- h) Análise e descrição de cada uma técnicas selecionadas.

Fase 4 – Conclusão do estudo:

- i) Síntese e discussão dos resultados.
- j) Identificação de limitações da metodologia adotada.
- l) Definição de linhas de desenvolvimento futuro.
- m) Revisão do relatório.
- n) Edição do relatório.

1.4 Estrutura do relatório e convenções

O presente relatório está organizado em cinco capítulos. Após este primeiro capítulo de introdução, apresenta-se a definição de alguma da terminologia utilizada e a descrição da estrutura de análise dos métodos e técnicas de participação comunitária. Os capítulos 3 e 4 apresentam, respetivamente, a descrição dos principais métodos e técnicas de participação comunitária. No último capítulo são sintetizados os principais resultados, discutidas as suas implicações e propostas algumas linhas de investigação futura. Em anexo apresentam-se tabelas comparativas dos métodos e das técnicas de participação comunitária propostos por diversos autores.

Ao longo do relatório as referências bibliográficas dos documentos consultados são indicadas em nota de pé-de-página de forma simplificada (*i.e.*, autor, título, ano). No final do documento é apresentada uma lista com as referências bibliográficas completas. As notas de pé-de-página são também utilizadas para registar comentários ou explicações complementares ao texto. Após a primeira referência, a designação de determinadas instituições, produtos ou documentos é simplificada, sendo utilizado apenas o respetivo acrónimo ou sigla.

Este relatório cumpre as normas estabelecidas no acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990. Os títulos e as citações de documentos editados anteriormente à entrada em vigor do acordo mantêm a ortografia original.

1.5 Enquadramento institucional

O estudo foi desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que acolheu um aluno do Mestrado em Psicologia Comunitária ministrado pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada do Instituto Universitário (ISPA-IU), entre novembro de 2011 e março de 2012.

2. Terminologia e estrutura de análise

Neste capítulo apresenta-se a definição de alguma da terminologia utilizada no relatório, seguida da descrição da estrutura utilizada para analisar os métodos e as técnicas de participação comunitária.

2.1 Terminologia

Na análise dos métodos de participação comunitária são utilizados os conceitos descritos em seguida.

Metodologia⁷

Uma «metodologia» é a descrição de uma série de etapas, atividades e tarefas a seguir num determinado processo, bem como dos fundamentos e pressupostos filosóficos que fundamentam uma determinada abordagem. Uma metodologia pode incluir o recurso a um método, instrumento ou técnica bem como a uma conjugação de vários métodos, instrumentos ou técnicas.⁸

Método⁹

Um «método» é um plano definido antecipadamente que estabelece uma sequência de operações a executar para atingir um determinado resultado. Um método pode incluir um conjunto de instrumentos e de técnicas.

Modelo

Um «modelo» é uma forma de representação conceptual de uma realidade através de um processo de simplificação e sistematização dessa mesma realidade. A elaboração de um modelo tem por objetivo proporcionar o entendimento da realidade que ele representa, dentro de uma determinada disciplina ou perspetiva.

⁷ Porto Editora – *Infopédia: Enciclopédia e Dicionários Porto Editora*. 2003-2012.
Wikipédia : A enciclopédia livre. 2012.

⁸ Por metodologia também pode entender-se a parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências.

⁹ Porto Editora – *Infopédia: Enciclopédia e Dicionários Porto Editora*. 2003-2012.
Wikipédia : A enciclopédia livre. 2012.

Instrumento

Um «instrumento» é um recurso simples, constituído por uma ou mais partes, que se utiliza para executar uma ação, levar a cabo uma tarefa ou atingir um fim.

Processo

Um «processo» é uma atividade coerente e com unidade interna, que é continuada e prolongada no tempo, atravessando uma ou várias fases de desenvolvimento.

Técnica

Uma «técnica» é um conjunto de meios postos em ação com vista à obtenção de um fim predeterminado segundo uma lógica produtiva. Constitui-se muitas vezes como parte integrante de um ou mais métodos, podendo envolver o recurso a um ou mais instrumentos.

2.2 Estrutura de análise – Métodos

A análise dos métodos de participação comunitária é realizada de acordo com a estrutura descrita em seguida.

Descrição sumária

Apresenta uma descrição geral do método em análise quanto aos seus objetivos e âmbito de aplicação.

Modo de abordagem

Quanto a modo de abordagem e tomada de iniciativa, os métodos de participação comunitária podem ser divididos em dois tipos:

- 1) De cima-para-baixo (*top-down*) – É a designação normalmente aplicada em processos que seguem uma lógica piramidal hierárquica clássica. Neste tipo de métodos são as classes, instituições, indivíduos ou grupos com maior *status* e poder a dar início e a controlar o desenrolar dos processos. Os métodos deste tipo podem ter maior ou menor grau de envolvimento da comunidade, mas estão sempre dependentes dos decisores que dão início ao processo.
- 2) De baixo-para-cima (*root based*) – É a designação normalmente aplicada em processos que invertem a lógica piramidal hierárquica clássica. Neste tipo de métodos são as classes, associações, indivíduos ou grupos com menor *status* e poder a dar início e a controlar o desenrolar dos processos. Os métodos deste tipo têm por definição um elevado grau de envolvimento da comunidade, podendo promover em maior ou menor nível a interlocução com os decisores.

Nível de envolvimento

O envolvimento da comunidade nos métodos de participação comunitária pode ser organizado em quatro níveis:¹⁰

- 1) Informação pública (*Information*) – É o nível mais baixo de envolvimento da comunidade. A comunidade é informada sobre uma determinada temática, mas não tem a possibilidade de a escolher ou de emitir um parecer sobre ela.
- 2) Consulta pública (*Consultation*) – É um nível intermédio de envolvimento da comunidade. A comunidade é informada sobre uma determinada temática e é chamada a emitir e debater a sua posição sobre ela. No entanto, a escolha da temática e o seu desenvolvimento futuro continuam a não envolver a comunidade.
- 3) Parceria (*Partnership*) – É um nível elevado de envolvimento da comunidade e é o mais efetivo no desenvolvimento de processos participativos. A comunidade participa em todas as fases de tomada de decisão e influencia todas as etapas do processo, incluindo muitas vezes períodos de informação ou de consulta, mas indo sempre para além disso. Aqui a comunidade participa na decisão das temáticas a abordar, na sua implementação e na sua monitorização.
- 4) Autoajuda (*Self Help*) – É um nível elevado de envolvimento da comunidade, mas é menos efetivo no desenvolvimento de processos participativos. Aqui a comunidade executa todas as etapas sozinha, planificando, implementando e monitorizando o processo de forma autónoma.

Complexidade técnica

A complexidade técnica dos métodos de participação comunitária, quanto aos níveis e diversidade do conhecimento técnico necessário à sua implementação, pode ser dividida em três graus:

- 1) Baixa – Não é necessário aplicar técnicas muito elaboradas, recorrer a técnicos especializados ou conjugar múltiplas áreas de conhecimento.
- 2) Média – É necessário aplicar técnicas elaboradas, recorrer a técnicos especializados ou conjugar múltiplas áreas de conhecimento.
- 3) Elevada – É necessário o recurso a técnicas elaboradas e a técnicos especializados, e é necessário conjugar múltiplas áreas de conhecimento para a implementação.

¹⁰ Wates, N. – *The Community Planning Handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000.

Duração

A duração dos métodos de participação comunitária indica o tempo necessário para preparar e implementar o processo. A duração pode ser classificada nas três categorias seguintes:

- 1) Curta – Alguns dias.
- 2) Média – Um ou mais meses.
- 3) Longa – Um ou mais anos.

Descrição das fases e exemplos de técnicas e ferramentas

Os métodos de participação comunitária envolvem diversas fases. O número e a natureza das fases varia entre diferentes métodos. No entanto, a generalidade dos métodos inclui três conjuntos de fases: preparação, implementação e conclusão/avaliação.

Atores envolvidos

As pessoas individuais e coletivas que usualmente intervêm nos métodos de participação comunitária podem ser organizadas nos seguintes tipos de atores:

- 1) Facilitador – É um especialista na gestão das dinâmicas de grupo, que trabalha a partir do interior do grupo para promover a sua sociabilidade e cooperação ao longo do desenvolvimento dos processos.
- 2) Técnico especializado – É um elemento com formação técnica de grau médio ou superior, que possui um elevado domínio e experiência numa determinada disciplina (*e.g.*, científica, artística), tema ou processo.
- 3) Líder – É um elemento, dentro de uma determinada comunidade, equipa, grupo ou organização, que influencia os membros a contribuir para o bem comum do grupo, coordenando-o e guiando-o para que este atinja objetivos.
- 4) Decisores-chave (*stakeholders*) – São os elementos que representam as várias partes envolvidas e afetadas num determinado processo.
- 5) Comunidade – É a totalidade dos indivíduos com um conjunto de características comuns ou sistemas de interdependência entre si, apresentando coesão social. Uma comunidade pode ser territorial e estar definida por proximidade física, pode ser suportada pela partilha de valores comuns sem que exista proximidade física ou pode ser resultado de ambas.
- 6) Coordenadores de projeto – É o conjunto de elementos escolhidos entre os participantes para liderar e prosseguir as tarefas identificadas.
- 7) Comité de acompanhamento – É o conjunto de elementos escolhidos entre a comunidade para formar um grupo que acompanha o progresso da implementação, fazendo a sua monitorização e, em alguns casos, a avaliação.

Recursos necessários

A implementação dos métodos de participação comunitária requer a aplicação de diversos recursos. Os recursos podem ser classificados quanto à sua natureza em recursos materiais (*e.g.*, local de reunião dos atores) e recursos imateriais (*e.g.*, disponibilidade dos atores para se envolver no processo).

Resultados expectáveis

Nos resultados expectáveis apresentam-se alguns exemplos que auxiliam na escolha dos métodos e que podem ser considerados *à priori*, dada a sua elevada possibilidade de ocorrência na sequência do processo de implementação.

2.3 Estrutura de análise – Técnicas

Para cada uma das técnicas apenas é apresentada uma descrição geral da sua implementação e dos seus objetivos.

3. Métodos de participação comunitária

Neste capítulo apresenta-se uma descrição de cada um dos métodos de participação comunitária, seguindo a estrutura de análise descrita no capítulo anterior. Serão apresentados os seguintes métodos:

- 1) planeamento estratégico;
- 2) visão;
- 3) processo «*charrette*»;
- 4) planeamento comunitário de ações;
- 5) pesquisa-ação participativa;
- 6) jogo participativo;
- 7) sessões de trabalho;
- 8) avaliação e preferência visual;
- 9) júri ou conferência de cidadãos;
- 10) painel de peritos;
- 11) células de planeamento;
- 12) tertúlia;
- 13) avaliação pós-ocupação.

3.1 Planeamento estratégico¹¹

O planeamento estratégico (*strategic planning*) é um método para desenvolver estratégias e planos de ação para a resolução de problemas de grande escala. Neste método, primeiro são analisadas as condições atuais, depois são elaborados cenários para o futuro e definidos objetivos, e por fim são estabelecidas estratégias para atingir esses objetivos. É também definida uma calendarização para a implementação, incluindo momentos de avaliação. Este método é frequentemente utilizado durante a elaboração de planos para aglomerados urbanos.

Usualmente o planeamento estratégico tem uma aplicação de cima-para-baixo e o envolvimento da comunidade limita-se a uma consulta pública. A aplicação deste método é de elevada complexidade técnica. Mediante a complexidade do problema abordado, a preparação de um processo de planeamento estratégico pode implicar períodos de trabalho de 1 a 5 anos. A avaliação pode estender-se por um período de 2 a 10 anos (Figura 1).

Um processo de planeamento estratégico envolve as seguintes fases:

- 1) Análise/diagnóstico – Analisar a situação atual.

¹¹ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 38.

- 2) Objetivos – Elaborar cenários para o futuro e definir os objetivos a atingir.
- 3) Estratégias e planos – Estabelecer as estratégias e elaborar planos de ação para atingir os objetivos definidos.
- 4) Implementação – Executar os planos de ação estabelecidos.
- 5) Monitorização – Acompanhar a implementação e periodicamente realizar avaliações, das quais pode resultar a revisão das estratégias ou planos.

Os atores envolvidos num processo de planeamento estratégico são:

- 1) facilitadores (técnicos);
- 2) técnicos especializados (arquitetos, sociólogos, psicólogos comunitários, economistas ou outros);
- 3) líderes (comunitários, organizacionais ou políticos);
- 4) decisores-chave (decisores políticos, organismos estatais, organismos regionais ou organismos camarários);
- 5) comunidade (membros da comunidade, organizações e associações comunitárias ou ONG).

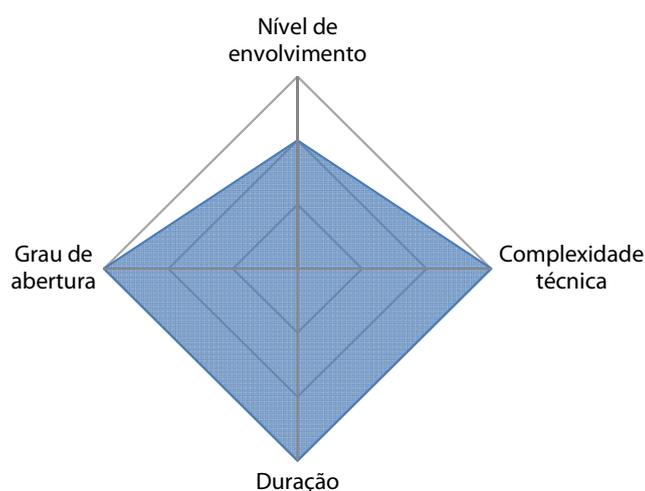


Figura 1 – Análise do «Planeamento estratégico»

Para se iniciar um processo de planeamento estratégico é indispensável contar com a disponibilidade e empenhamento dos líderes e dos decisores-chave. É igualmente indispensável a presença de um facilitador (*process advocate*) em permanente contacto com os líderes e os decisores-chave. Este método requer uma linha temporal alargada e sem constrangimentos de resultados imediatos. Para o desenvolvimento das várias fases é necessário o recurso a espaços, a equipamentos e a material apenas disponível junto de entidades públicas ou grandes entidades privadas.

Os resultados expectáveis deste método são a elaboração de um diagnóstico e a reorganização da estrutura existente (do ponto de vista organizacional, ecológico, físico), através da substituição das ideias-base que a regem e que normalmente estão desatualizadas.

3.2 Visão¹²

O desenvolvimento de uma visão (*visioning scenarios workshop, future search conference* ou *future workshop*) é um método em que os vários cidadãos de uma comunidade, organizados de forma não hierárquica, procuram em conjunto estabelecer uma perspetiva para o futuro dessa comunidade.

Usualmente o método visão tem uma aplicação de cima-para-baixo, mas pode também ser aplicado de forma inversa. O envolvimento da comunidade pode variar entre uma simples consulta pública e um nível elevado de parceria. A aplicação deste método é de uma complexidade técnica variável, sendo normalmente baixa, mas podendo atingir níveis mais elevados. Mediante a complexidade técnica, a aplicação de um processo de visão pode variar entre um ou vários blocos de trabalho, contando cada bloco com períodos de 2 a 5 dias (Figura 2).

Um processo de visão envolve as seguintes fases:

- 1) Formação de um comité inicial – Constituir um comité com 10 a 15 pessoas que representem a diversidade da comunidade.
- 2) Lançamento do projeto – Realizar um evento público que permite aos participantes conhecer-se mutuamente e conhecer o processo.
- 3) Avaliação ambiental – Avaliar o estado da comunidade e das forças que nela atuam.
- 4) Perfil da comunidade – Traçar o perfil atual da comunidade e apontar qual será o seu futuro caso não ocorram mudanças.
- 5) Índice cívico da comunidade – Medir a capacidade presente na comunidade para resolver problemas.
- 6) Declaração da visão da comunidade – Clarificar uma visão que apresenta o quadro de intervenção para os próximos 10, 20 ou 30 anos.
- 7) Planos de ação – Identificar com os participantes os projetos a elaborar e definir as respetivas estratégias de implementação, calendarização e responsáveis.
- 8) Celebração da comunidade – Concluir o processo com uma celebração do trabalho feito pelos participantes e uma apresentação dos planos traçados à comunidade mais alargada.

¹² Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 43.

Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 129.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 66.

Henderson, P. – *CHOICE: Examples of Community Participation Methods in Europe*. 2003. p. 12.

- 9) Do planeamento à implementação – Planear estratégias de implementação em sintonia com a visão da comunidade e dar início à implementação propriamente dita.
- 10) Formação de um comité de implementação – Estabelecer um comité para supervisionar e apoiar os processos de implementação.

Os atores envolvidos num processo de visão são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e recursos afetos);
- 3) membros da comunidade.

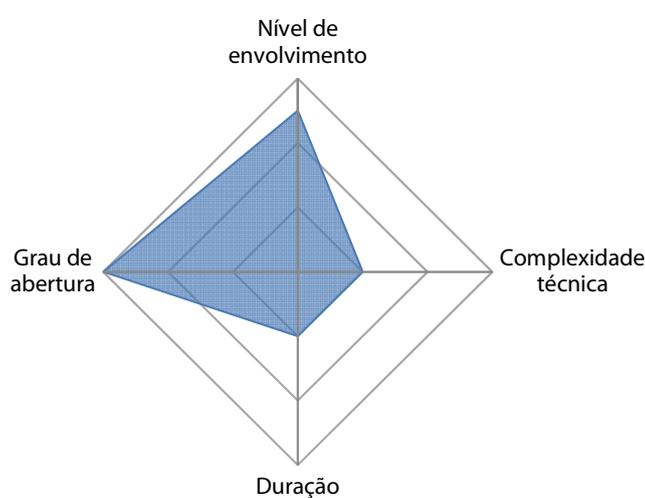


Figura 2 – Análise da «Visão»

Para se iniciar um processo de visão é indispensável contar com a disponibilidade e empenhamento de membros ativos da comunidade. É também necessário um espaço dimensionado para o grupo de trabalho e equipado para as atividades previstas.

Os resultados expectáveis deste método são: a identificação de uma perspetiva para o futuro da comunidade, a possível implementação de planos de ação e a criação de um comité de acompanhamento.

3.3 Processo «Charrette»¹³

O método «charrete» (*charrette process* ou *planning day*) promove a reunião direta dos decisores-chave com a comunidade com vista a debater um plano que descreva de forma detalhada e viável as ações a desenvolver e que reúna um consenso. O debate direto entre decisores-chave e comunidade facilita um consenso, que de outra forma seria demorado e difícil de atingir. Existem vários tipos de «charrete»: charretes educacionais, fóruns de liderança, retiros, charretes tradicionais de resolução de problemas e charretes de equipas multidisciplinares.

Usualmente o método «charrete» tem uma aplicação de cima-para-baixo e o envolvimento da comunidade pode variar entre uma simples consulta pública e um nível de parceria. A aplicação deste método é de uma complexidade técnica variável, sendo normal atingir níveis médios e elevados. Mediante a complexidade escolhida, um processo «charrete» pode incluir um ou vários blocos de trabalho demorando cada bloco de 3 a 7 dias (Figura 3).

Um processo «charrete» envolve as seguintes fases:

- 1) Criação da ideia – Identificar os objetivos comuns ou os perigos/ameaças sentidas pela comunidade. O facilitador deve perceber quais os participantes mais conscientes dos problemas e ajudá-los a partilhar a informação com as restantes fações da comunidade.
- 2) Tomada de decisão – Discutir ideias para alcançar os objetivos ou enfrentar perigos/ameaças comuns, e decidir quais dessas ideias serão implementadas. Esta fase deve ser realizada envolvendo todas as fações da comunidade.
- 3) Resolução de problemas – Implementar em conjunto as ideias acordadas.

Os atores envolvidos num processo «charrete» são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) membros ativos da comunidade.

¹³ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 48.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 98.

Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 27.

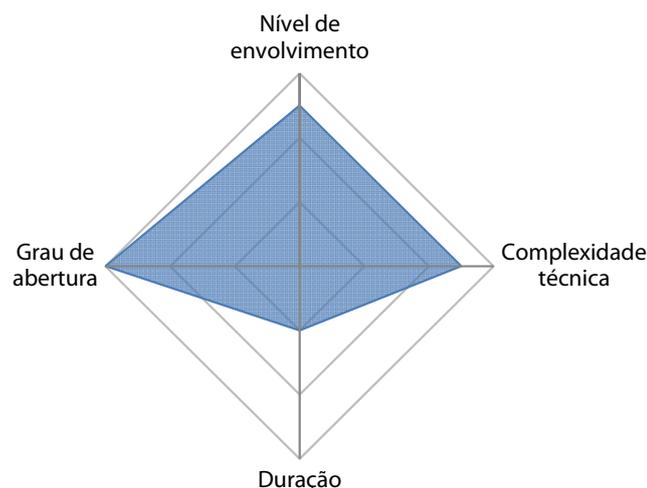


Figura 3 – Análise do «Processo Charrete»

Para se iniciar um processo «charrete» é necessário juntar membros ativos da comunidade com decisores-chave e técnicos. É também necessário a presença de técnicos especializados de cada uma das áreas em discussão, que permitam informar tecnicamente as decisões. É ainda necessário um espaço dimensionado para o grupo de trabalho e equipado para as atividades previstas.

Os resultados expectáveis deste método são: ganhar o suporte da comunidade, alcançar a sua união para implementar as soluções preconizadas e garantir o compromisso das estruturas de poder para assegurar os recursos necessários à implementação.

3.4 Planeamento comunitário de ações¹⁴

O planeamento comunitário de ações (*community action planning* ou *action planning event*) é um método que promove o empoderamento (*empowerment*) das comunidades no desenho, na implementação e na gestão do seu meio ambiente. Uma das suas principais características é a rapidez do processo quando comparado com os métodos tradicionais de planeamento.

Usualmente o planeamento comunitário de ações é um método aplicado de cima-para-baixo. O envolvimento da comunidade é elevado, sendo normalmente estabelecida uma parceria. A aplicação deste método é de uma complexidade técnica variável, sendo normalmente média mas podendo atingir níveis elevados. Mediante a complexidade escolhida, o processo de planeamento comunitário de ações compreende períodos de 4 a 5 dias ou uma semana para o evento. A

¹⁴ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 55.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 24.

preparação pode demorar entre 2 a 4 meses. É igualmente aconselhado prever um período adequado de avaliação (Figura 4).

Um processo de planeamento comunitário de ações envolve as seguintes fases:

- 1) Mobilização – Identificar os líderes da comunidade e criar uma equipa de planeamento.
- 2) Diagnóstico – Realizar um levantamento para identificar os problemas e as oportunidades presentes na comunidade.
- 3) Planeamento – Elaborar uma hierarquização das prioridades e estabelecer planos de ação com a comunidade.

Os atores envolvidos num processo de planeamento comunitário de ações são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) líderes formais e informais da comunidade.

Num processo de planeamento comunitário de ações, as pessoas são o principal recurso. Para além disso é necessário a presença de técnicos especializados e um espaço de acolhimento dimensionado para o grupo de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas. É aconselhável que sejam eleitos coordenadores de projeto, escolhidos entre os participantes.

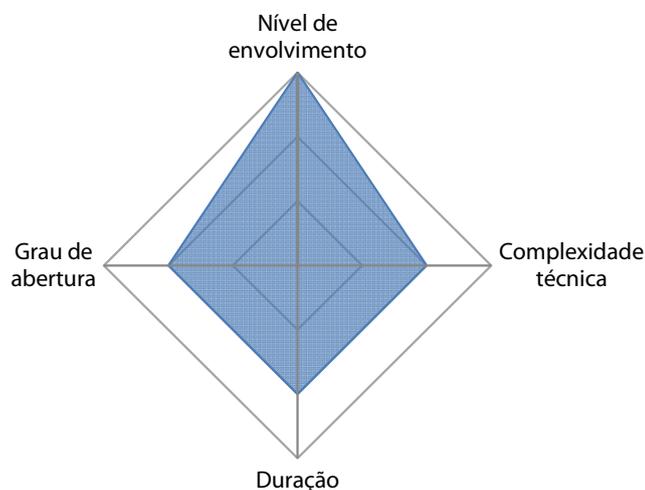


Figura 4 – Análise de «Planeamento comunitário de ações»

Os resultados expectáveis da aplicação deste método são: criar parcerias institucionais entre instituições governamentais e não-governamentais e entre pares; reforçar as estruturas organizacionais existentes, ao apresentar resultados visíveis e tangíveis; criar uma visão partilhada;

catalisar atores para a ação; resolver problemas complexos; elevar a consciência pública e a moral; e, promover capacidades de desenho urbano.

3.5 Pesquisa-ação participativa¹⁵

A pesquisa-ação participativa (*participatory action research*, *participatory appraisal* ou *participatory learning and action*) é um método participativo que evoluiu da abordagem tradicional de investigação. A pesquisa-ação participativa tem dois objetivos: dar resposta a questões concretas das pessoas nas suas comunidades e ampliar o conhecimento científico. Está inerente a este método o compromisso de estudar um sistema e desde logo colaborar com os membros desse mesmo sistema de forma a produzir alterações.¹⁶

O método da pesquisa-ação participativa pode ser aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo ou de forma inversa. O nível de envolvimento da comunidade é o da parceria e a complexidade técnica é média ou elevada. Os processos de pesquisa-ação participativa funcionam em ciclos, pelo que a sua duração pode ser muito variada no tempo, dependendo do grau de complexidade do problema abordado e dos níveis de capacitação inicial das comunidades (Figura 5).

Um processo de pesquisa-ação participativa envolve as seguintes fases:

- 1) Planear – Fazer um levantamento conjunto que fundamente o diagnóstico e o planeamento.
- 2) Ação – Ensaiar estratégias de intervenção que estejam de acordo com o planeado.
- 3) Observar – Iniciar um processo paralelo de auto-observação, procurando confirmar ou retificar os resultados das ações e dos seus impactes, quer os imediatos quer os previsíveis a médio e longo prazo. A observação tem início em simultâneo com as ações.
- 4) Autoavaliação – Autoavaliar os dados obtidos com a observação, confrontando-os com o planeamento inicial e com o novo conhecimento gerado pela ação.

Os atores envolvidos num processo de pesquisa-ação participativa são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) comunidade (membros de uma família, organização ou comunidade).

¹⁵ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 62.

Henderson, P. – *Sítio na Internet «CEBSD: participaion toolkit»*. 2008.

¹⁶ Gilmore, T.; Krantz, J.; Ramirez, R. – *Action Based Modes of Inquiry and the Host-Researcher Relationship*. 1986. p.161.

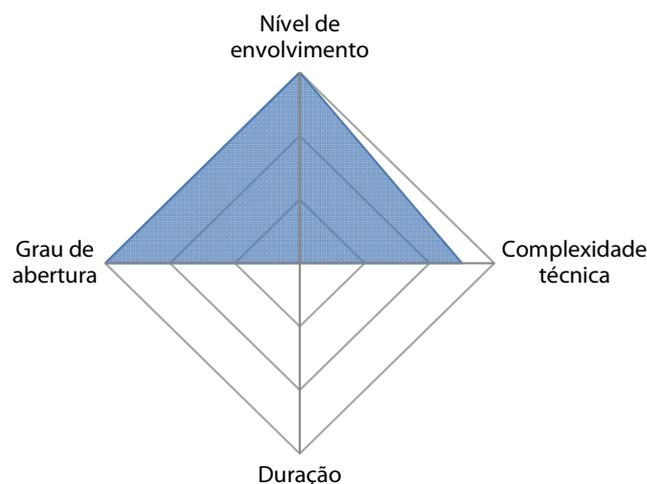


Figura 5 – Análise de «Pesquisa-ação participativa»

Num processo de pesquisa-ação participativa, a afetação de recursos é muito variável, dependendo da dimensão da comunidade envolvida e da complexidade e características dos problemas abordados. É necessária a presença de técnicos especializados e de um espaço de acolhimento dimensionado para o grupo de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas.

O principal resultado da aplicação deste método é o empoderamento (*empowerment*) dos participantes no processo, que poderá promover a mudança social a uma escala mais alargada.

3.6 Jogo participativo¹⁷

O jogo participativo (*participation games* ou *gaming*) é um método que promove o teste de cenários e representações da realidade de um modo informal e por interação entre os membros da comunidade. Com este método podem-se desenvolver redes na comunidade, fazer diagnósticos e propor formas de atuação. A informalidade do processo, quando comparado com abordagens mais tradicionais, é das principais características deste método. É igualmente importante referir que em todos os momentos de tomada de decisão, os jogos são concebidos afastando-se da dicotomia perder-vencer, pois pretende-se que todos os participantes sejam vencedores.

Usualmente, o jogo participativo é um método aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade pode ser o da consulta pública, mas também pode atingir o nível de parceria. A complexidade técnica deste método é média. A calendarização pode

¹⁷ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 76.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 48 e 68.

ser ajustada, mas geralmente é um método rápido que ocupa entre 1 a 5 sessões, compreendendo períodos de 1 a 2 dias cada (Figura 6).

Um processo de jogo participativo envolve as seguintes fases:

- 1) Desenho do jogo – Identificar os problemas chave da comunidade e criar ou procurar as técnicas mais eficazes para os abordar, listando-se igualmente todos os atores que as questões envolvem.
- 2) Jogo – Realizar uma apresentação das técnicas e regras do jogo e dos jogadores envolvidos. São atribuídos papéis ou funções a cada um dos participantes e é apoiado o desenrolar do processo.
- 3) Debate – Após cada sessão e depois da sessão final, promover uma discussão sobre as temáticas abordadas e as novas ideias que a participação no jogo motivou.

Os atores envolvidos num processo de jogo participativo são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnico especializado (pode acumular funções como facilitador);
- 3) comunidade;
- 4) comité de acompanhamento (opcional, sendo recomendado em processos de maior complexidade e constituído por elementos escolhidos entre a comunidade).

Os recursos afetos dependem da complexidade e duração do jogo a implementar. É necessária a presença de pelo menos um técnico que funciona como facilitador e árbitro, sendo em alguns casos aconselhável a presença de técnicos especializados como consultores aos participantes. É de prever um espaço de acolhimento dimensionado para o grupo de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas.

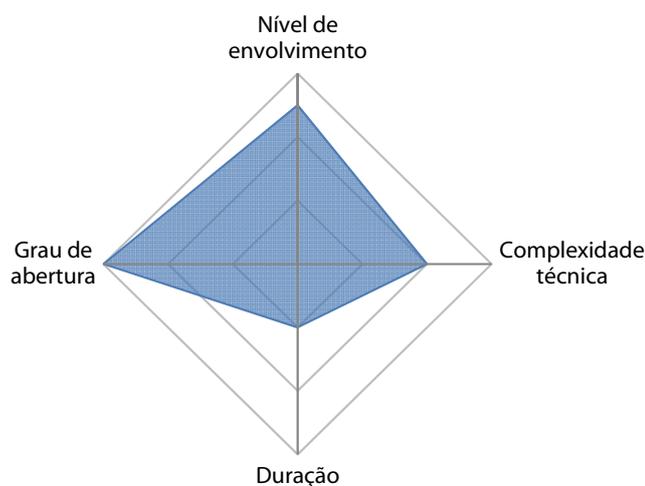


Figura 6 – Análise de «Jogos participativos»

Os resultados expectáveis da aplicação deste método são: gerar um plano de ação que é partilhado pela comunidade que esteve envolvida no jogo; proporcionar uma perceção aos participantes da complexidade dos problemas e dos pontos de vista dos outros atores da comunidade.

3.7 Sessões ou oficinas de trabalho¹⁸

Existem diversos processos que apesar de diferenciados na forma podem ser englobados no método das sessões de trabalho (*workshops*). O princípio que os une é que a aprendizagem de forma empírica é mais eficaz, devendo partir de uma experiência pessoal de resolução de um problema concreto que requeira reflexão, desenvolvimento e teste de novos conhecimentos.

Existem vários tipos especializados de sessões de trabalho, que fazem uso de diferentes técnicas e instrumentos, nomeadamente: *art workshop*, *briefing workshop*, *design workshop*, *field workshop*, *microplanning workshop*, *open space workshop*, *roadshow*, *task force*, *future workshops*.¹⁹

As sessões de trabalho são um método que é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade pode ser o da consulta pública, mas também pode atingir o nível de parceria. A complexidade técnica deste método é média ou elevada. Mediante o tipo e especialização da sessão de trabalho, compreende períodos de 1 dia, 2 dias (*e.g.*, um fim de semana) ou uma semana. A preparação pode demorar vários meses (Figura 7).

Um processo de sessões de trabalho envolve as seguintes fases:

- 1) Atividade inaugural – Estimular e preparar os participantes para a temática das sessões e os objetivos que se procuram atingir. Clarificar quem são os participantes e porque estão a participar.
- 2) Criação de grupos de trabalho – Dividir os participantes em grupos compostos por 5 a 9 elementos, que podem trabalhar no mesmo tópico ou temáticas adjacentes.
- 3) Apresentação periódica – Realizar apresentações sobre o desenvolvimento dos trabalhos durante as quais se promove a reflexão dos vários grupos e se possibilita a «contaminação» de ideias. O número de apresentações periódicas depende da extensão do evento.
- 4) Apresentação final – Concluir o processo com uma apresentação, que pode ou não ser pública, onde os vários grupos apresentam os resultados alcançados e o processo de

¹⁸ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 80.

¹⁹ Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 30, 34, 50, 64, 78 e 90.

Henderson, P. – *CHOICE: Examples of Community Participation Methods in Europe*. 2003. p. 12.

reflexão que os fundamentou. Deve ser permitida a troca de informação e estimulado um amplo debate.

Os atores envolvidos num processo de sessões de trabalho são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo da complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) participantes (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos elementos da comunidade, decisores-chave ou outros).

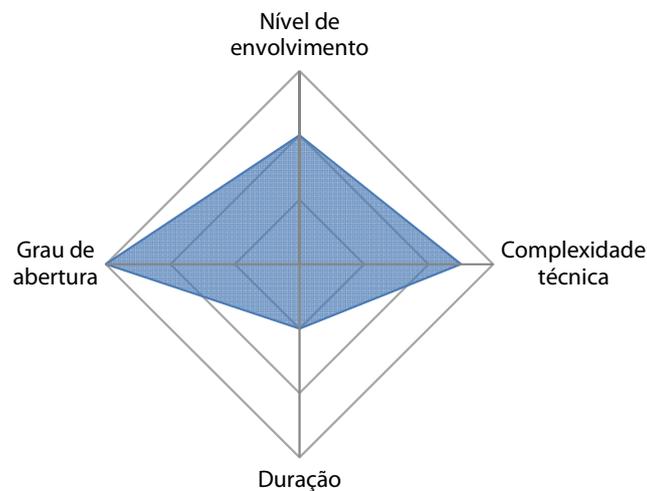


Figura 7 – Análise de «Sessões de trabalho»

Os recursos necessários variam consoante o tipo de sessão de trabalho a implementar. Normalmente é necessário a presença de técnicos especializados bem como de um espaço de acolhimento dimensionado para os grupos de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas.

Os resultados expectáveis da aplicação do método são: ampliar o grau de consciência dos participantes, garantir a solidez das aprendizagens obtida, melhorar a interação, criar um sentimento de grupo, fortalecer laços entre indivíduos e coletivos, e promover o espírito colaborativo.

3.8 Avaliação e preferência visual²⁰

Avaliação e preferência visual (*visual preference and appraisal* ou *choise catalogues*) é um método que se apoia na categorização visual e na avaliação a partir dessa categorização. O método aplica-se a partir de uma estrutura ou grelha, que pode ser preexistente ou criada para o efeito, e que permite uma consulta rápida e eficaz a um elevado número de pessoas.

O método de avaliação e preferência visual é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é o da consulta pública e a complexidade técnica é baixa ou média. Este é um método que pode ser implementado de uma forma muito rápida caso esteja a ser implementado a um nível de mera consulta pública. A sua implementação a um nível mais próximo da parceria requer um período de preparação e de implementação mais longo, podendo demorar vários meses (Figura 8).

Um processo de avaliação e preferência visual envolve as seguintes fases:

- 1) Preparação – Elaborar uma matriz ou grelha de consulta a partir dos temas identificados para análise. O grau de envolvimento da comunidade vai ser diretamente proporcional ao seu envolvimento nesta fase na definição da matriz.
- 2) Recolha – Aplicar a grelha de consulta para avaliar diferentes cenários. A estratégia e a forma que a recolha pode tomar são muito diversas, devendo ser feita em coerência com os temas a abordar. A dimensão da amostra também é variável.
- 3) Análise – Analisar e interpretar os dados recolhidos.

Os atores envolvidos num processo de avaliação e preferência visual são:

- 1) facilitador (técnico);
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo da complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) participantes (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos elementos da comunidade, decisores-chave, líderes ou outros).

²⁰ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 88.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 36.

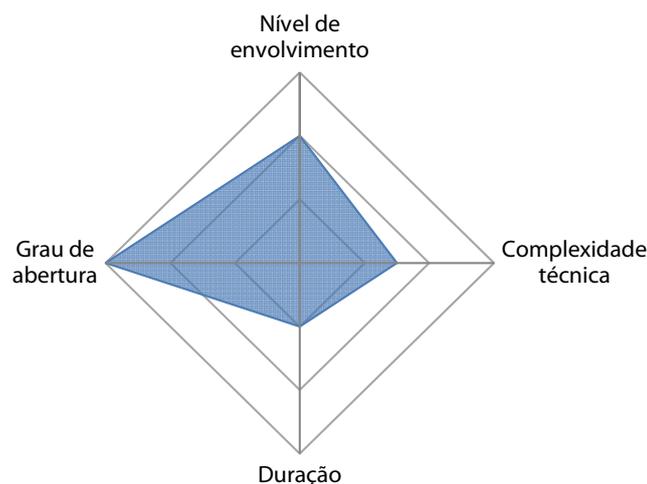


Figura 8 – Análise de «Avaliação e preferência visual»

Os recursos necessários para a fase de preparação e para a fase de recolha variam consoante o tema abordado. Neste método é usual o recurso a técnicas e técnicos especializados de produção e execução gráficas, *design*, fotografia, filme ou impressão.

Os resultados expectáveis da aplicação deste método são a realização de um levantamento com base em imagens e assim obter dados de uma forma expedita.

3.9 Júri ou conferência de cidadãos²¹

O júri de cidadãos (*citizens jury* ou *consultation*) é um método que tem por base o formato das tomadas de decisão por júri no sistema judicial. É escolhido um painel de jurados, composto por 12 a 24 cidadãos, ao qual é colocado um tema a tratar. Após uma série de reuniões apoiadas por especialistas o painel, de forma democrática, elabora um relatório ou apresenta uma conclusão. Este método também pode ser aplicado no formato de conferência (*consensus conference*), sendo neste caso o painel aberto e formado pelo público.²²

O método júri ou conferência de cidadãos é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é o da consulta pública e a complexidade técnica é média ou elevada. Este método compreende várias sessões de trabalho que no formato de júri se sucedem durante um período de 4 ou 5 dias e que no formato conferência podem ter lugar em 3 sessões a decorrer em 3 períodos de 2 dias (e.g., fim de semana). A preparação prévia pode demorar 2 a 4 meses (Figura 9).

²¹ Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 17 e 57.

²² Para mais informação sobre as diferenças entre os dois formatos, recomenda-se a consulta de «*Participatory methods toolkit: A practitioner's manual*» de Slocum, N. (2003).

Um processo de júri ou conferência de cidadãos envolve as seguintes fases:

- 1) Preparação – Criar uma equipa com uma direção, um conselho consultivo e um grupo de trabalho que define os critérios de seleção do júri bem como a agenda de trabalhos. Em complemento, identificar os técnicos especializados sobre a temática que podem prestar consultoria.
- 2) Sessão introdutória – Apresentar aos participantes a temática em debate e os objetivos que se pretendem atingir. Deve ser explicitado qual foi a entidade que deu início ao processo e quais são os seus objetivos.
- 3) Audiência – Durante os vários dias que duram as sessões, o júri questiona os técnicos especializados e as entidades envolvidas que prestam esclarecimentos.
- 4) Deliberações – No final das audiências, produzir um documento que resume os trabalhos e apresenta as decisões finais tomadas pelo júri. A entidade que encomendou o estudo deve agir de acordo com as decisões tomadas pelo júri ou em alternativa deve justificar a sua opção de não seguir essas decisões.

Os atores envolvidos num processo de júri ou conferência de cidadãos são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo da complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) painel de júri ou de cidadãos (dependendo do critério de seleção, pode envolver elementos da comunidade, decisores-chave, líderes ou outros).

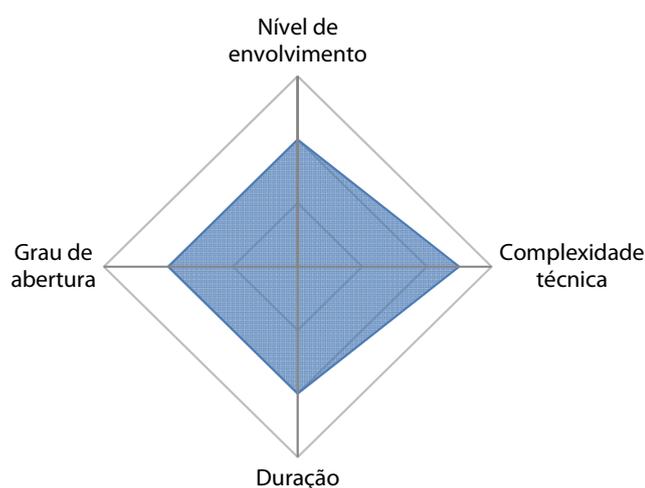


Figura 9 – Análise de «Júri ou conferência de cidadãos»

Os recursos necessários são, usualmente, a presença de técnicos especializados e a disponibilidade de um espaço de acolhimento dimensionado para os grupos de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas.

Os resultados expectáveis da aplicação do método são: obter um relatório formal que representa o ponto de vista da comunidade depois de debater, de um modo informado e democrático, um determinado tema; sensibilizar a comunidade para um determinado tema, aumentando o seu grau de consciência.

3.10 Painel de peritos²³

O painel de peritos (*expert panel*) tem por base, como o próprio nome indica, a seleção de um grupo de técnicos especialistas que estão direta ou indiretamente ligados ao tema que se pretende analisar. Os peritos são convidados a formar um painel que debate e sintetiza uma posição sobre o tema, podendo mesmo elaborar recomendações.

O método painel de peritos é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é o da consulta pública e a complexidade técnica é elevada. O método painel de peritos é complexo e demorado na sua preparação, pelo que deve ser previsto um calendário de implementação alargado e com flexibilidade para fixar as sessões. A duração das sessões pode variar entre dois dias e uma semana (Figura 10).

Um processo de painel de peritos envolve as seguintes fases:

- 1) Preparação – Selecionar e recrutar um conjunto de peritos com vista criar um painel, e paralelamente constituir uma equipa de apoio aos trabalhos.
- 2) Sessão inicial – Apresentar informações sobre os membros do painel e outros participantes no processo, sobre as regras de funcionamento dos trabalhos e sobre as tarefas do painel. A primeira sessão é normalmente pública.
- 3) Sessões de trabalho – Em cada sessão de trabalho, aprofundar o tema em análise, permitindo-se que cada perito apresente e partilhe o seu conhecimento e as suas reflexões, para em seguida promover um debate aberto. Elaborar um resumo dos trabalhos de cada sessão com vista a facilitar o consenso e a elaboração do relatório final. O número e a duração das sessões de trabalho depende da complexidade do tema e do formato escolhido.
- 4) Apresentação do relatório – Elaborar um relatório final, sobre o qual deve existir consenso. O relatório final é preparado pela equipa de apoio, sob a orientação do painel de peritos. O relatório é a peça mais importante do processo e pode ser difícil de produzir, pelo que pode demorar mais do que uma sessão a finalizar.

²³ Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 87.

Os atores envolvidos num processo de painel de peritos são:

- 1) técnicos (equipa de apoio);
- 2) redator (embora seja opcional, é recomendado ter uma pessoa ou equipa de redação);
- 3) painel de peritos (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos técnicos especializados, líderes, decisores-chave, elementos da comunidade ou outros).

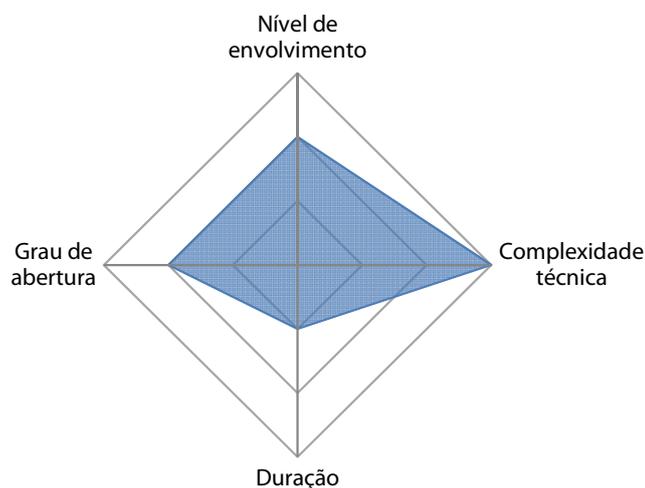


Figura 10 – Análise de «Painel de peritos»

Este método requer bastantes recursos para ser implementado. Para além dos recursos normalmente necessários, como um espaço de acolhimento dimensionado para os grupos de trabalho e equipado de acordo com as atividades previstas, é necessário prever a deslocação e a estadia de um número elevado de participantes, quer na fase de preparação, com a equipa de apoio aos trabalhos, quer na fase de implementação, incluindo também os peritos.

Os resultados expectáveis da aplicação do método são a criação de consenso e a produção de um documento final sobre um tema particularmente complexo e multidisciplinar, ou uma problemática particularmente controversa.

3.11 Células de planeamento²⁴

As células de planeamento (*planning cell*) constituem um método que deve ser usado quando é necessário resolver um problema urgente num curto período de tempo e existem várias hipóteses em aberto, cada uma com os seus benefícios e riscos. Pode ser estabelecida uma célula de trabalho (com até 25 participantes) ou várias células a operar em paralelo com subtarefas.

²⁴ Idem. p. 117.

O método das células de planeamento é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é o da consulta pública e a complexidade técnica é normalmente baixa ou média. A implementação deste método é rápida, podendo variar entre um ou vários dias concentrados num período de no máximo uma semana (Figura 11).

Um processo de células de planeamento envolve as seguintes fases:

- 1) Preparação – Recrutar o pessoal, estabelecer o programa de trabalhos e seleccionar os participantes e os técnicos especialistas.
- 2) Receção da informação – Apresentar ou disponibilizar aos participantes informação sobre o tema (*e.g.*, conferências, visitas ao local, vídeos ou material escrito).
- 3) Processamento da informação – Analisar e debater a informação disponibilizada. Os participantes juntam-se em grupos de trabalho.
- 4) Avaliação de impacte – Avaliar o impacte das opções disponíveis e procurar uma opção consensual. Para esta tarefa os participantes também se juntam em grupos de trabalho.
- 5) Avaliação final e relatório – Apresentar um resumo dos resultados e elaborar um relatório final. Divulgar publicamente o relatório final depois de aprovado pelos participantes.

Os atores envolvidos num processo de células de planeamento são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade dos temas abordados);
- 3) participantes (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos líderes, decisores-chave, elementos da comunidade ou outros).

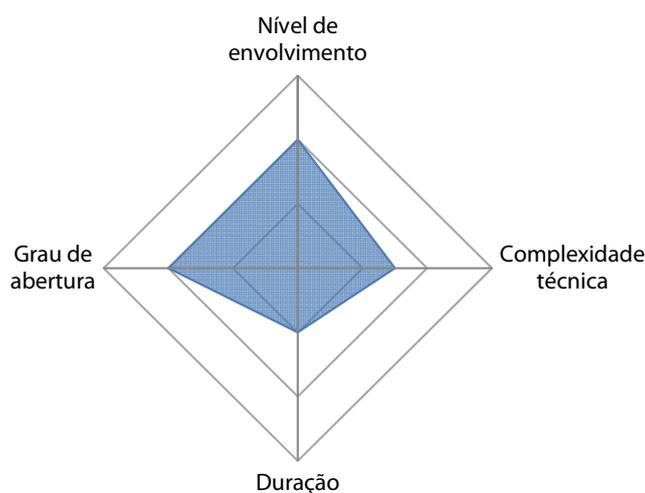


Figura 11 – Análise de «Células de planeamento»

Os recursos necessários são apenas um espaço dimensionado para o grupo de trabalho e equipado para as atividades.

Os resultados expectáveis são o tratamento de um problema urgente num curto período de tempo, obtendo um relatório que pode ajudar a traçar planos de ação.

3.12 Tertúlia²⁵

A tertúlia (*world café*) é um método que promove a comunicação em ambiente informal, permitindo um diálogo colaborativo com grupos de elevado número de participantes (acima de 12, tendo já sido implementado com 1200 participantes). Os participantes tomam parte em pequenas mesas de discussão, apoiadas por facilitadores, e depois transitam entre mesas de modo a ampliar o alcance do debate.

O método denominado tertúlia é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é o da consulta pública e a complexidade técnica é normalmente baixa ou média. Trata-se de um método de implementação rápida, durando os trabalhos entre 4 horas e 1 dia. Em casos de maior complexidade, é possível agendar mais do que um dia com sessões (Figura 12).

Um processo de tertúlia envolve as seguintes fases:

- 1) Preparação – Escolher a temática a abordar, estabelecer o programa de trabalhos e fazer a seleção dos participantes e dos técnicos.
- 2) Receção dos participantes – Receber os participantes de modo informal, expor o tema e distribuir os participantes em mesas de 4.
- 3) Sessões de tertúlia – Debater dentro de cada mesa o tema geral ou uma pergunta inicial por um período de 20 ou 30 minutos. Depois desse período, um dos participantes fica na mesa como anfitrião e os outros passam para outras mesas, separadamente, levando consigo os tópicos tratados na mesa anterior. Este processo é repetido várias vezes, segundo o número de participantes, gerando uma «polinização» cruzada de ideias.
- 4) Plenário – Após várias sessões, promover um plenário, onde cada mesa expõe o que esteve a explorar e apresenta o material produzido. Durante o plenário é possível debater e organizar o material produzido, por exemplo expondo-o numa parede síntese.

Os atores envolvidos num processo de tertúlia são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade das questões abordadas);

²⁵ Idem. p. 141.

- 3) participantes (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos líderes, decisores-chave, elementos da comunidade ou outros).

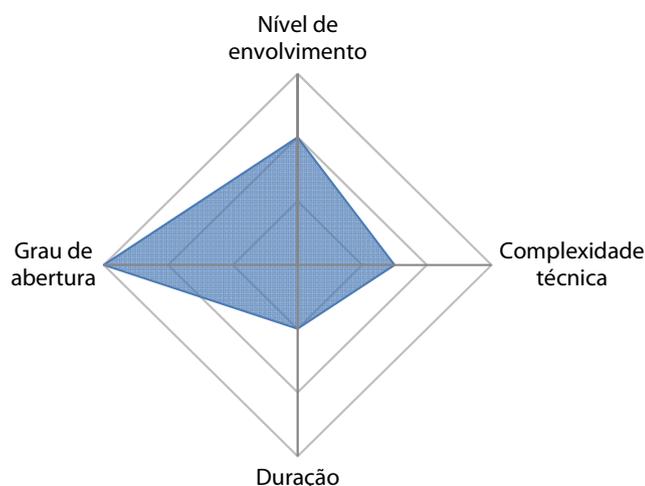


Figura 12 – Análise de «Tertúlia»

Os recursos necessários são apenas um espaço dimensionado para o grupo de trabalho e equipado para as atividades.

Os resultados expectáveis da aplicação do método são conseguir que um grupo grande de participantes debata um tema e amplie a sua perceção sobre ele, de uma forma rápida e informal.

3.13 Avaliação pós-ocupação²⁶

A avaliação pós-ocupação (*post occupancy evaluation* – POE, *participatory assessment monitoring and evaluation* – PAME) é um método de análise, descrição, interpretação e explicação do desempenho de um objeto previamente delimitado. Esse objeto pode ser um ambiente físico (*e.g.*, edifício, bairro, área geográfica), um projeto (terminado ou em implementação), uma comunidade ou uma organização.

O método de avaliação pós-ocupação é aplicado com uma abordagem de cima-para-baixo. O nível de envolvimento da comunidade é normalmente o da consulta pública, mas pode ser implementado como parceria. A complexidade técnica é normalmente média ou elevada. O tempo necessário para aplicar este método varia, dependendo do modo de recolha de dados utilizado. De um modo geral, é um método que permite rapidez na recolha de dados, mas que pode demorar algum tempo na fase de tratamento e análise desses dados (Figura 13).

²⁶ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 85.

Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 107.

Um processo de avaliação pós-ocupação envolve as seguintes fases:

- 1) Planeamento da avaliação – Definir o objeto, o objetivo e a metodologia da avaliação. Identificar as fontes de informação e como proceder à recolha de dados.
- 2) Recolha de dados – Realizar a recolha de dados por observação direta, entrevista, simulação ou questionário.²⁷
- 3) Análise de dados – Tratar os dados, utilizando metodologias quantitativas e ou qualitativas.
- 4) Apresentação – Realizar uma apresentação e um debate dos resultados, que pode ou não ser público, para os validar.

Os atores envolvidos num processo de avaliação pós-ocupação são:

- 1) facilitadores;
- 2) técnicos especializados (opcional, dependendo do grau de complexidade e diversidade das questões abordadas);
- 3) participantes (conforme os resultados pretendidos, podem ser envolvidos líderes, decisores-chave, elementos da comunidade ou outros).

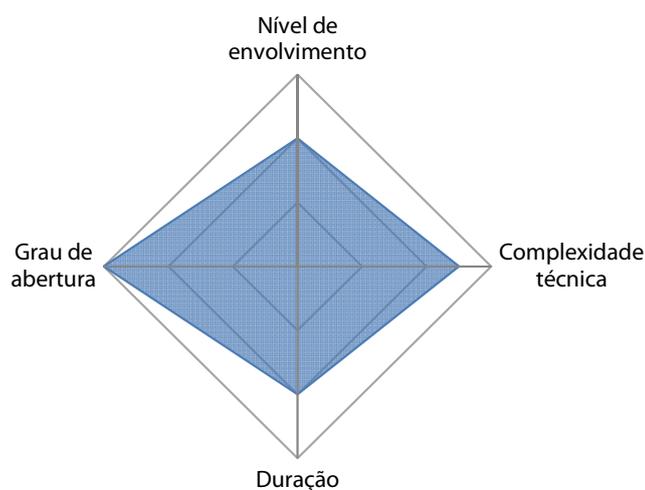


Figura 13 – Análise de «Avaliação pós-ocupação»

Os recursos necessários para implementar este método dependem da complexidade do objeto em avaliação e da tipologia de recolha de dados adotada. É possível implementar com um mínimo de recursos.

²⁷ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 86.

Os resultados expectáveis da aplicação do método variam com a extensão e profundidade da avaliação, bem como com o grau de envolvimento da comunidade. De uma forma geral, o método permite fazer o levantamento de uma situação existente, com base no qual se podem estabelecer estratégias ou planos de ação.

4. Técnicas de participação comunitária

Neste capítulo apresenta-se uma descrição de cada uma das técnicas que pode ser utilizada para implementar os métodos de participação comunitária descritos no capítulo anterior. Em virtude de terem sido identificadas 57 técnicas, optou-se por agrupá-las em seis conjuntos de natureza idêntica, que se descrevem em seguida:

- 1) Técnicas de tomada de consciência – têm por principal objetivo a promoção da tomada de consciência dos participantes sobre uma determinada temática ou problemática.²⁸
- 2) Técnicas indiretas – recorrem a processos intermediados, como o inquérito ou o questionário, e não requerem a interação direta quer com os técnicos quer entre os membros da comunidade.
- 3) Técnicas de interação de grupo – promovem e dependem de dinâmicas de interação de grupo para a sua implementação.
- 4) Técnicas abertas – não têm um fim explícito e previamente determinado, sendo o resultado final muito variável e dependente das circunstâncias e dinâmicas geradas na implementação.
- 5) Técnicas de exploração de ideias (*brainstorming*) – conjugam o princípio de desenvolver um pensamento coletivo, de forma direta ou indireta, entre os participantes.
- 6) Técnicas de base tecnológica – têm suporte tecnológico ou digital e recorrem à utilização de novas tecnologias e novos *media*.

Observa-se que as designações adotadas neste relatório para as técnicas foram traduzidas pelos autores a partir das designações originais em inglês, que são apresentadas entre parêntesis.

4.1 Técnicas de tomada de consciência

Exposição²⁹ (*Exhibit*)

É realizada uma exposição num local público e muito frequentado com vista a divulgar informação junto da comunidade. Esta técnica pode ser uma primeira iniciativa que desperta o interesse e o envolvimento num processo mais vasto.

Notícias nos meios de comunicação social³⁰ (*News media*)

São utilizados os meios de comunicação social para divulgar informação junto da comunidade. As

²⁸ Para promover a participação é importante que a comunidade esteja informada.

²⁹ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 86.

³⁰ Idem. p. 86.

notícias podem ser divulgadas por meio de um comunicado de imprensa (*press-release*)³¹ ou um «kit de imprensa» (*press-kit* ou *media kit*)³². Com esta técnica assegura-se uma abrangência alargada e geralmente um forte impacto. O envolvimento dos meios de comunicação social pode ser assegurado estabelecendo parcerias.

Passeio guiado³³ (*Walking tour ou Reconnaissance trip*)

É uma caminhada, geralmente orientada por um guia, para reconhecimento de um território. Constitui uma técnica muito útil para quem desconhece o território e para quem o tem como familiar mas normalmente não o «vê» e não o interpreta. A partir do reconhecimento do território é possível dar início a processos mais elaborados de debate.

Semana de atividades³⁴ (*Activity week*)

É criado um evento com a duração de uma semana e que pode ou não ser de carácter anual. Durante esta semana podem ter lugar um conjunto muito diversificado de atividades. Para programar as atividades podem ser convidadas pessoas ou entidades ligadas à temática em foco.

Atribuição de prémio³⁵ (*Award scheme*)

É criado um prémio e é elaborado um tema sobre o qual se pedem propostas, existindo uma hierarquização final dessas propostas.

Festival de projeto³⁶ (*Design fest*)

É organizado um festival de projeto para o qual são convidados vários técnicos. Os técnicos desenvolvem e apresentam os seus trabalhos e ideias à comunidade em ambiente de fórum aberto.

³¹ Por «comunicado de imprensa» entende-se um texto anunciando uma notícia ou um acontecimento, preparado por um indivíduo ou organização, que é enviado para a imprensa para que os jornalistas decidem se vão ou não divulgar essa notícia ou acontecimento e como fazê-lo (Wikipédia: A enciclopédia livre. 2012).

³² Por «kit de imprensa» entende-se um conjunto de materiais promocionais (*e.g.*, fotos, vídeos, áudios e outras informações, como gráficos, tabelas, documentos e relatórios) sobre uma pessoa, companhia ou organização que são distribuídos aos membros da imprensa para uso promocional (Wikipédia: A enciclopédia livre. 2012).

³³ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 68.

Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 108.

³⁴ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 26.

³⁵ Idem. p. 32.

³⁶ Idem. p. 46.

Jogo de projeto³⁷ (*Design game*)

É organizado um jogo interativo em que as questões e hipóteses em discussão são transformadas em elementos visuais ou peças do jogo. Esta técnica permite a manipulação e o teste de cenários por parte da comunidade.

Diagramas³⁸ (*Diagrams*)

São desenhados diagramas, organogramas ou gráficos para auxiliar e apoiar a comunicação. Para além de permitir sintetizar dados complexos facilita a sua discussão mesmo entre indivíduos com habilitações literárias muito diferentes.

Montagem de fotos³⁹ (*Elevation montage*)

São organizadas as fotografias de edifícios para criar a vista em alçado de uma rua ou de um conjunto urbano. Esta técnica facilita a discussão de abordagens de conjunto.

Loja local⁴⁰ (*Environment shop*)

É um espaço aberto ao público e inserido na comunidade que tem funções de carácter informativo e pedagógico sobre um determinado tema.

Concurso de ideias⁴¹ (*Ideas competition*)

É realizado um concurso público como forma de estimular a participação espontânea e a recolha de ideias sobre um tema ou problemática. É uma forma de estimular a participação e a recolha de propostas sobre um tema ou problemática com a vantagem de poder ser aplicado a um nível local, nacional ou até mesmo internacional. É uma técnica semelhante à de atribuição de prémios (*Award scheme*).

Mapeamento⁴² (*Mapping*)

É mapeada uma determinada questão para reconhecer e debater a forma como os elementos de uma comunidade veem o espaço físico com que se relacionam.

³⁷ Idem. p. 48.

³⁸ Idem. p. 54.

³⁹ Idem. p. 58.

⁴⁰ Idem. p. 60.

⁴¹ Idem. p. 70.

⁴² Idem. p. 76.

Unidade móvel⁴³ (*Mobile unit*)

É criada uma unidade móvel que se desloca para o local. Esta técnica permite a aproximação à comunidade, sendo muito útil sobretudo quando não existem infraestruturas no local. A apoiar a unidade móvel pode estar uma equipa mais ou menos complexa em função do programa a implementar.

Maquete⁴⁴ (*Models*)

É criada ou utilizada uma maquete para realizar exercícios práticos. Esta técnica é uma das mais eficazes para envolver as pessoas num processo de projeto participativo. As maquetes podem ser utilizadas para abordar diferentes escalas e podem ser complementadas com outras técnicas.

Suplemento de jornal⁴⁵ (*Newspaper supplement*)

É elaborado um boletim informativo que se distribui anexo a uma publicação periódica de referência. Esta técnica é uma das mais eficazes na divulgação de informação e ideias a um abrangente espectro de pessoas da comunidade. O boletim pode, por exemplo, divulgar dados, dar informação sobre a realização de eventos ou publicitar os resultados de eventos que tiveram lugar.

Casa aberta⁴⁶ (*Open house event*)

É aberto um espaço ao público onde, de modo informal, se divulga informação sobre um tema, se recolhem ideias e se criam grupos de trabalho.

Planeamento na prática⁴⁷ (*Planning for real*)

É criada uma maquete da área de intervenção e sobre ela os participantes colocam cartões com sugestões. Os diferentes cenários são debatidos e as sugestões são hierarquizadas para formar um plano de ação. Esta técnica procura desenvolver nos participantes a capacidade de testar e debater cenários de intervenção de uma maneira informal.

⁴³ Idem. p. 80.

⁴⁴ Idem. p. 82.

⁴⁵ Idem. p. 86.

⁴⁶ Idem. p. 88.

⁴⁷ Idem. p. 100.

Priorização / Hierarquização⁴⁸ (*Prioritising*)

É criada uma tabela com a listagem dos projetos ou intervenções identificadas, que é distribuída pelos participantes de modo a eles votarem em cada uma a prioridade para a intervenção (*e.g.*, já, brevemente ou mais tarde). A recolha e tratamento dos dados permite estabelecer um plano de ação com calendarização. Esta técnica é baseada no princípio de que para intervir é preciso definir as hierarquias das necessidades e aplicá-las numa escala de tempo.

Avaliação do risco⁴⁹ (*Risk assessment*)

São identificados os riscos que ameaçam uma determinada comunidade. Esta técnica integra a identificação dos perigos, das vulnerabilidades e das capacidades presentes na comunidade.

Painéis de rua⁵⁰ (*Street stall*)

São colocados painéis com os quais qualquer pessoa pode interagir em locais estratégicos, tais como locais de afluência de público ou locais onde se pretende promover uma intervenção. Pretende-se informar o público, proporcionar um meio para a expressão popular e motivar o debate público.

Exposição de mesa⁵¹ (*Table scheme display*)

São dispostos sobre mesas ou bancadas elementos com informação relativa a uma proposta ou conjunto de propostas. Quem passa pode interagir com os elementos expostos e votar nas várias propostas. Para o efeito são disponibilizados pequenos autocolantes com código de cores, verde (concordo), amarelo (sem opinião), vermelho (discordo). Para além de posicionar o voto gráfico junto de cada proposta, os utilizadores podem formular opiniões que são integradas na informação e podem consequentemente ser também votadas.

Análise de sucesso⁵² (*Success analysis*)

É realizada uma reunião com um grupo de 5 a 12 pessoas, durante a qual se envolvem todos os presentes na identificação ou definição dos objetivos e valores desse grupo, organização ou

⁴⁸ Idem. p. 104.

⁴⁹ Idem. p. 112.

⁵⁰ Idem. p. 118.

Nick Wates Associates – *Sítio na Internet «Community Planning: Methods»*. 2011.

⁵¹ Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 120.

⁵² Henderson, P. – *CHOICE: Examples of Community Participation Methods in Europe*. 2003. p. 8.

comunidade. Esta técnica é inspirada num método internacional designado «processo de gestão da qualidade».

Levantamento de recursos⁵³ (*Resources inventory*)

Os participantes são separados em pequenos grupos de 8 elementos, com um líder de grupo. Cada grupo identifica fraquezas e recursos na comunidade e hierarquiza-as. Depois cada grupo faz uma apresentação em plenário, os resultados são debatidos e são definidas prioridades. Esta técnica é uma adaptação do método «*future search conference*» e pode ser aplicado com grupos variando entre 30 e 200 participantes.

Método de LENS⁵⁴ (*The LENS method*)

São realizadas três sessões. Na primeira sessão um investigador coloca uma série de questões a um painel de indivíduos representativo da comunidade. Na segunda sessão, o investigador resume a informação recolhida na primeira sessão e o painel debate as respostas às questões. Com base nos resultados deste debate, na terceira sessão, são discutidos cenários de futuro. Esta técnica foi desenvolvida na Holanda nos anos 90.

4.2 Técnicas indiretas

Inquérito⁵⁵ (*Surveys and questionnaires*)

É uma forma clássica de recolher informação sobre uma determinada temática junto de uma população alvo. Pode assumir a forma de questionário, entrevista ou outra. Geralmente, o questionário constitui uma técnica predominantemente quantitativa, porque a maioria dos resultados são tratados estatisticamente, e a entrevista constitui uma técnica predominantemente qualitativa, porque os resultados são tratados em termos do seu conteúdo.

4.3 Técnicas de interação de grupo

Grupo focal⁵⁶ (*Focus group*)

É uma entrevista ou reunião realizada com um grupo reduzido de elementos (entre 6 e 12) durante a qual se realiza um debate aberto em torno de um tema com a presença de um facilitador ou moderador. Constitui uma técnica qualitativa dada a ausência de medidas numéricas e análises estatísticas.

⁵³ Idem. p. 9.

⁵⁴ Idem. p. 10.

⁵⁵ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 68.

⁵⁶ Idem. p. 70.

Projeto participado⁵⁷ (*Design-in*)

É desenvolvido um processo de produção participado durante a qual os especialistas e a comunidade estão juntos a produzir e a explorar possibilidades através de desenhos, fotografias, modelos ou outros elementos.

Perfil da comunidade⁵⁸ (*Community profiling*)

Procura-se construir uma imagem fiel da comunidade, com as suas fraquezas e recursos, a partir da participação da própria comunidade. O processo pode ser feito de diversas maneiras, normalmente em sessões de trabalho, mas privilegia sempre a produção de elementos gráficos (*e.g.*, esquemas, mapas ou desenhos).

Programa de projeto local⁵⁹ (*Local design statement*)

Em vários eventos, um comité local discute as linhas gerais de uma intervenção que tenha em linha de conta o contexto local e as características específicas da comunidade. Quando estabilizadas, o comité local comunica aos decisores as linhas orientadoras a ter em conta pelas entidades decisoras.

Gabinete de projeto local⁶⁰ (*Neighbourhood planning office*)

É criado no bairro um espaço técnico, aberto à comunidade, onde técnicos especializados colaboram e prestam apoio ao desenvolvimento local. Esta técnica é semelhante ao «Centro comunitário de projeto» (*Community design centre*) mas difere desta por ser mais vocacionada para prestar apoio a problemas individualizados.

Fim de semana de planeamento⁶¹ (*Planning weekend*)

Durante um fim de semana reúnem-se num mesmo espaço de debate e coprodução, a comunidade com os líderes comunitários e os decisores-chave. Esta é uma técnica elaborada e que requiere alguns recursos, mas que é bastante eficaz para gerar consenso e vontade de intervir.

⁵⁷ Idem. p. 70.

⁵⁸ Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 42.

⁵⁹ Idem. p. 74.

⁶⁰ Idem. p. 84.

⁶¹ Idem. p. 102.

Sessão de planeamento de processo⁶² (*Process planning session*)

Numa fase inicial do processo participativo, são decididos, em conjunto com os decisores-chave, quais os métodos e técnicas de participação comunitária a adotar.

Sessão de revisão⁶³ (*Review session*)

São calendarizadas sessões de monitorização do desenvolvimento de um processo, reunindo os intervenientes e averiguando os progressos alcançados e a necessidade de introduzir ou não alterações no processo.

Simulação⁶⁴ (*Simulation*)

Os participantes ensaiam cenários de eventos reais e a partir daí adquirem conhecimentos para aplicar na realidade. No fim cada participante relata a sua experiência e perspetiva, permitindo debater os problemas encontrados e a melhor forma de lidar com eles.

4.4 Técnicas abertas

Reunião com a comunidade⁶⁵ (*Community meeting*)

É uma reunião que envolve a comunidade (*e.g.*, fóruns públicos ou audiências públicas) durante a qual os líderes expõem uma temática ou analisam o desenvolvimento de um processo de forma pública e para uma larga audiência. Geralmente, esta técnica não permite um elevado grau de participação.

Programas de televisão participados⁶⁶ (*Participatory cable television*)

Através de uma estação de televisão é apresentado um programa interativo, durante o qual a comunidade pode interagir através do telefone. No programa são apresentadas diferentes propostas sobre as quais os membros da comunidade podem expor as suas opiniões ou dúvidas e expressar a sua vontade através de votações.

⁶² Idem. p. 106.

⁶³ Idem. p. 110.

⁶⁴ Idem. p. 116.

⁶⁵ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 70.

⁶⁶ Idem. p. 70.

Recolha de opiniões⁶⁷ (*Planning ballot*)

São posicionados boletins de voto ou de sugestão e caixas de recolha em locais estratégicos. Os boletins de voto ou de sugestão podem também ser distribuídos pelas casas ou bairro. Esta técnica permite alargar e promover a participação de pessoas que não tem normalmente a possibilidade de o fazer ou não o procuram fazer.

Centro de arquitetura⁶⁸ (*Architecture centre*)

É constituída uma sede junto da comunidade e aberta a ela onde se vão concentrar eventos e atividades ligadas à promoção da participação nos processos de desenho urbano e projeto.

Centro comunitário de projeto⁶⁹ (*Community design centre*)

É um espaço aberto à comunidade onde pessoal técnico especializado colabora e presta apoio na resolução de problemas, auxiliando a implementar e participar em tomadas de decisão.

Fórum de planeamento comunitário⁷⁰ (*Community planning forum*)

É criado um espaço de debate para a comunidade conjugando vários elementos. Numa primeira fase os participantes visitam uma exposição sobre a temática em foco, posteriormente organizam-se em grupos de trabalho e desenvolvem-se alguns princípios ou modelos. No fim os participantes voltam a reunir-se num fórum e são apresentados e debatidos em conjunto os vários resultados.

Equipa de apoio ao projeto⁷¹ (*Design assistance team*)

Uma equipa de especialistas é inserida na comunidade para trabalhar em cooperação com ela. A equipa faz uma visita ao local e reúne-se em sessões de trabalho com a comunidade.

Fundo de desenvolvimento⁷² (*Development trust*)

É criado ou estabelecido um fundo monetário para apoiar o desenvolvimento, como forma para garantir a sustentabilidade e viabilidade económica de um projeto. Estes fundos podem ser estabelecidos a partir de candidaturas a programas ou ser criados através do envolvimento das comunidades e decisores-chave numa lógica de parcerias.

⁶⁷ Idem. p. 70.

⁶⁸ Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000, p. 28.

⁶⁹ Idem. p. 38.

⁷⁰ Idem. p. 40.

⁷¹ Idem. p. 44.

⁷² Idem. p. 52.

Fundo de viabilidade⁷³ (*Feasibility fund*)

É criado ou estabelecido um fundo monetário para garantir a sustentabilidade e viabilidade económica de um projeto especificamente na sua fase inicial. Este fundo permite contratar técnicos especializados, para que estes elaborem planos de viabilidade, a partir dos quais é possível procurar apoios e fundos estruturantes.

Equipa de técnicos voluntários (*Planning aid scheme*)

É criada uma equipa, formada por um grupo de técnicos que se voluntariam, que presta consultadoria profissional à comunidade. Normalmente a equipa é apoiada por uma instituição.

Atelier de desenho urbano⁷⁴ (*Urban design studio*)

É criada uma unidade de projeto que disponibiliza informação, estuda os problemas e apresenta propostas à comunidade. O trabalho é realizado numa lógica participativa. A unidade de projeto está normalmente associada a uma universidade ou instituição.

Grupo de utilizadores⁷⁵ (*User group*)

É criado um grupo de utilizadores, representativo da comunidade, que faz a avaliação e o acompanhamento da implementação de soluções que afetam a comunidade. O grupo de utilizadores pode apresentar muitas formas de organização, mais ou menos formal, com maior ou menor dimensão e ter maior ou menor peso nas tomadas de decisão.

4.5 Técnicas de exploração de ideias

Galeria⁷⁶ (*Gallery*)

Cada participante escreve num *poster* as várias ideias que vai gerando durante um determinado período de tempo. Depois os *posters* são expostos anonimamente e todos os participantes circulam pelo que foi produzido. Posteriormente os participantes podem rever o seu *poster*. No fim os *posters* são analisadas. Esta técnica facilita a expressão de pessoas que se sentem menos confortáveis a expressar opiniões em público.

⁷³ Idem. p. 62.

⁷⁴ Idem. p. 124.

⁷⁵ Idem. p. 126.

⁷⁶ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 71.

Cartão de impressões⁷⁷ (*Pin card*)

Os participantes escrevem as suas ideias em pequenos cartões. Os cartões vão circulando pelos diferentes participantes que podem acrescentar ou modificar o seu conteúdo. No fim os cartões são recolhidos e avaliados por outra equipa.

Técnica de grupo nominal⁷⁸ (*Nominal group technique*)

É apresentada uma temática a um grupo de participantes. Em seguida, durante cinco minutos, cada participante escreve uma ideia num papel numa lógica de *brainstorming*. Decorrido o tempo, as ideias são sorteadas, lidas e debatidas, sendo feita uma avaliação e hierarquização de todas as ideias.

Escrita repartida⁷⁹ (*Cranford slip writing*)

Cada participante é convidado a escrever 20 ideias em 20 papéis separados. Os resultados são recolhidos e analisados por outra equipa. É uma técnica utilizada para auscultar um grupo elevado de pessoas, mesmo até 5000 pessoas, embora seja mais fácil de implementar com grupos entre 50 e 200 pessoas.

Processo Ringii⁸⁰ (*Ringii process*)

Cada participante escreve uma ideia num papel, os papéis circulam por todos os participantes que escrevem notas até chegar novamente ao autor. O autor reescreve a ideia base complementando-a com as notas e comentários obtidos. O processo pode continuar em ciclos. É uma técnica de origem japonesa.

Delphi⁸¹

Cada participante é convidado a escrever as suas ideias num questionário impresso em papel ou em formato digital. As ideias são recolhidas, listadas e hierarquizadas. Nesta técnica os participantes podem manter o anonimato.

⁷⁷ Idem. p. 71.

⁷⁸ Idem. p. 71

⁷⁹ Idem. p. 71

⁸⁰ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 72.

⁸¹ Idem. p. 72

Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit: A practitioner's manual*. 2003. p. 74.

Rastilho de ideias⁸² (*Idea trigger*)

Cada participante começa por escrever as suas ideias na primeira coluna de uma folha de papel com duas colunas. Depois cada participante partilha as suas ideias enquanto os outros apontam as ideias que estas lhes geram na segunda coluna da folha de papel. Uma vez completo o ciclo com todos os participantes, os dados são recolhidos e analisados por outra equipa.

Formato de painel⁸³ (*Panel format*)

De entre um grupo de 30 a 40 participantes, é criado um painel com 5 a 10 elementos que faz um processo verbal de exploração de ideias (*brainstorming*), enquanto os restantes participantes registam por escrito as ideias que o debate do painel lhes suscita. Todas as ideias geradas são recolhidas no final para análise.

4.6 Técnicas de base tecnológica

Mapa eletrónico⁸⁴ (*Electronic map*)

Através da Internet ou de terminais de computador implantados em locais chave, é disponibilizado um programa de computador que permite interagir com mapas de um determinado território, bem como comentar ou trabalhar sobre esse mapa.

Exposição interativa⁸⁵ (*Interactive display*)

É criada uma exposição interativa com vários tipos de conteúdos (*e.g.*, textos escritos, imagens ou música). A exposição é frequentemente atualizada conforme vão sendo produzidos novos conteúdos.

Caixa de partilha de vídeo⁸⁶ (*Video soapbox*)

É criado um ponto móvel, semelhante a uma cabine telefónica, onde os membros da comunidade podem gravar e difundir publicamente as suas opiniões e sugestões. A cabine tem um painel vídeo na parte superior que passa repetidamente em ciclos as opiniões que vão sendo gravadas.

⁸² Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 72.

⁸³ Idem. p. 72.

⁸⁴ Wates, N. – *The Community planning handbook: How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. 2000. p. 56.

⁸⁵ Idem. p. 72.

⁸⁶ Idem. p. 128.

5. Conclusões e discussão

5.1 Síntese de resultados

Como base na literatura estudada pode concluir-se que existem atualmente numerosos métodos e técnicas que podem ser utilizados para promover a participação comunitária em processos de desenho urbano e de urbanismo.

Foram identificados e descritos 13 métodos de participação comunitária: o planeamento estratégico, a visão, o processo «*charrette*», o planeamento comunitário de ações, a pesquisa ação participativa, os jogos participativos, as sessões de trabalho, a avaliação e preferência visual, o júri ou conferência de cidadãos, o painel de peritos, as células de planeamento, a tertúlia e a avaliação pós-ocupação. As principais características destes métodos são resumidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro resumo com principais características dos métodos de participação comunitária.

<i>Designação do método</i>	<i>Abordagem</i>	<i>Nível de envolvimento</i>	<i>Complexidade técnica</i>	<i>Duração</i>
Planeamento estratégico	Cima-para-baixo	Consulta pública	Elevada	Longa
Visão	Cima-para-baixo	Consulta pública-Parceria	Baixa	Curta
Processo « <i>Charrette</i> »	Cima-para-baixo	Consulta pública-Parceria	Média-elevada	Curta
Planeamento comunitário de ações	Cima-para-baixo	Parceria	Média	Média
Pesquisa-ação participativa	Cima-para-baixo*	Parceria	Média-elevada	Variável
Jogo participativo	Cima-para-baixo	Consulta pública-Parceria	Média	Curta
Sessões de trabalho	Cima-para-baixo	Consulta pública	Média-elevada	Curta
Avaliação e preferência visual	Cima-para-baixo	Consulta pública	Baixa-média	Curta
Júri ou conferência de cidadãos	Cima-para-baixo	Consulta pública	Média-elevada	Média
Painel de peritos	Cima-para-baixo	Consulta pública	Elevada	Curta
Células de planeamento	Cima-para-baixo	Consulta pública	Baixa-média	Curta
Tertúlia	Cima-para-baixo	Consulta pública	Baixa-média	Curta
Avaliação pós-ocupação	Cima-para-baixo	Consulta pública	Média-elevada	Média

* Ou Baixo-para-cima

Foram também identificadas 57 técnicas de participação comunitária que podem ser agrupadas em seis conjuntos com natureza idêntica: técnicas de tomada de consciência, técnicas indiretas, técnicas de interação de grupo, técnicas abertas, técnicas de exploração de ideias e técnicas de base tecnológica.

5.2 Discussão dos resultados

Em seguida apresenta-se uma discussão sobre as principais conclusões do estudo. Observa-se que são expressas opiniões e avançadas hipóteses dos autores que não estão necessariamente comprovadas pelos resultados do estudo.

Evolução das formas de participação comunitária

Importa ter presente que estes métodos e técnicas não são estáticos, na medida em que têm surgido novas formas de atuar e as que existem vão-se progressivamente desenvolvendo e adaptando às situações particulares em que são implementadas. Também se salienta que o modo como são implementados os métodos e as técnicas é um fator determinante para o seu sucesso. A simples aplicação dos procedimentos descritos para os métodos e técnicas não são garantia suficiente para o seu sucesso, sendo necessário em cada caso analisar o contexto e procurar a melhor forma de envolver a comunidade e motivar a sua adesão.⁸⁷

Níveis de participação comunitária

O conceito e forma de implementar a participação comunitária não são consensuais. A participação comunitária tem um carácter contextual e a sua implementação pode variar quanto à forma, intensidade, extensão e frequência com que se processa.⁸⁸ Apesar disso, podem ser identificados dois níveis de participação comunitária que se descrevem sucintamente em seguida: a participação genuína e a pseudoparticipação.⁸⁹

A participação genuína é uma forma de atuação que aproveita as potencialidades dos processos participativos e que pode ser conduzida por cooperação ou por controlo dos cidadãos. Podemos falar de cooperação quando se estabelece uma parceria entre todos os atores envolvidos e a comunidade, assistindo-se a um processo de delegação de poder. Participação genuína por controlo dos cidadãos significa o empoderamento (*empowerment*) das comunidades através do desenrolar dos próprios processos.

A pseudoparticipação é a designação atribuída aos processos que são apresentados publicamente como promovendo a participação comunitária, mas que por desconhecimento ou para assegurar um controlo centralizado não a implementam verdadeiramente. Podemos diferenciar duas subcategorias na pseudoparticipação: a domesticação e o assistencialismo. A pseudoparticipação por domesticação é quando o envolvimento das comunidades acontece unicamente ao nível da informação, que é utilizada para manipular a opinião pública. A pseudoparticipação

⁸⁷ Henderson, P. – *Sítio na Internet «CEBSD: participaion toolkit»*. 2008.

⁸⁸ Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. 2000. p. 8.

⁸⁹ Deshler, D.; Sock, D. – *Community Development Participation: A Concept Review of the International Literature*. 1985.

assistencialista é caracterizada pela simples consulta, não existindo qualquer ação real das comunidades envolvidas nos temas em discussão ou nas ações a levar a cabo após a consulta.

A participação comunitária no contexto nacional

Em Portugal existiram ao longo dos anos numerosos exemplos de programas e políticas que se estruturam a partir de uma lógica de participação comunitária, mais ou menos extensiva. Como exemplos podem referir-se os seguintes:

- 1) programas promovidos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEDER) ou pelo Fundo Social Europeu (FSE), como a iniciativa LEADER+⁹⁰;
- 2) iniciativas de âmbito nacional promovidas pelo governo central numa perspetiva sócio territorial integrada, como a iniciativa Bairros Críticos⁹¹ ou o programa Velhos Guetos Novas Centralidades⁹²;
- 3) Iniciativas da sociedade civil ou ONG, como a AEIPS⁹³ ou programas de desenvolvimento comunitário urbano como o K Cidades⁹⁴.

Pela escala de atuação no território nacional e pela sua complexidade, é de salientar o processo SAAL⁹⁵ que teve lugar após a revolução de 25 de abril de 1974.

Uma perspetiva sobre o futuro da participação comunitária

A participação e o envolvimento das comunidades na resolução dos problemas que diretamente as afetam é algo que desde há algum tempo quase todos os intervenientes públicos veem referindo, mas que apenas esporadicamente é posto em prática. Contudo, é possível observar no panorama nacional um número crescente de comunidades que se organizam em torno de causas comuns e na resolução de problemas que diretamente as afetam, como demonstram as mobilizações em áreas como o ambiente, a segurança ou o planeamento à escala do bairro.⁹⁶

O futuro da participação comunitária representa um duplo desafio: é necessário educar e preparar as novas gerações para uma dinâmica de participação ativa e genuína, e é também necessário reformar as instituições e os quadros técnicos para os habilitar a integrar os movimentos de participação ao mais alto nível das tomadas de decisão. Pretende-se promover a pró-atividade dos

⁹⁰ *União Europeia : Sínteses de legislação da UE*. 2012.

⁹¹ IHRU – *Sítio na Internet «Portal da habitação: Iniciativa Bairros Críticos»*. 2012.

⁹² Salvador, R.; Marques, B. – *Fundo EFTA revisita Portugal: A Estratégia de Desenvolvimento de Rabo de Peixe*. 2008.

⁹³ AEIPS – *Sítio na Internet «AEIPS»*. 2012.

⁹⁴ The Aga Khan Development Network – *Sítio na Internet «AKDN in Portugal: Desenvolvimento Urbano»*. 2007.

⁹⁵ Bandeirinha, J. A. – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. 2007.

⁹⁶ Ornelas, José – *Nota de Abertura*. 1997. p. 372.

cidadãos e evitar que a sua iniciativa seja mal recebida por técnicos ou por agentes políticos, ainda afetos a estruturas de hierarquização do poder.

5.3 Limitações

O estudo assumiu um carácter exploratório. Portanto, ao analisar as conclusões importa ter presentes as seguintes limitações:

- 1) A literatura disponível sobre o tema da participação comunitária é muito extensa, tendo sido estudados para a classificação dos métodos e técnicas apenas os quatro autores que se consideraram mais relevantes (*i.e.*, Sanoff, Wates, Henderson e Slocum).
- 2) Três dos autores estudados abordam sobretudo resultados de trabalhos sobre participação comunitária realizados em países de expressão inglesa (*i.e.*, Sanoff, Wates e Slocum), e apenas um dos autores proporciona uma perspetiva sobre a participação na Europa (*i.e.*, Henderson). Os resultados não estão portanto necessariamente adaptados à realidade portuguesa.

5.4 Desenvolvimentos futuros

Este estudo foi realizado com o objetivo de estabelecer uma base de conhecimento para estudos futuros. No seguimento do presente relatório, considera-se importante e oportuno desenvolver os estudos seguintes:

- 1) Fazer um levantamento de carácter histórico aos processos participativos no contexto português e analisar do ponto de vista do seu sucesso ou insucesso as particularidades do contexto e os contributos que foram dados.
- 2) Realizar uma análise detalhada de cada uma das técnicas de participação comunitária.
- 3) Completar a sistematização de métodos e técnicas de participação comunitária com bibliografia adicional sobre o tema.

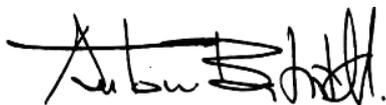
Agradecimentos

Os autores agradecem reconhecidos a colaboração das colegas Maria João Freitas, Ana Pinho e José António Bandeirinha.

Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, fevereiro de 2013.

Visto

O Chefe do Núcleo de Arquitetura e
Urbanismo



António Baptista Coelho

Autorias



Paulo Albuquerque Goinhas
Arquiteto, Aluno de mestrado

O Diretor do Departamento de Edifícios



Jorge M. Grandão Lopes



João Branco Pedro
Arquiteto, Investigador Auxiliar

Referências bibliográficas

- AEIPS, Associação para o Estudo e a Integração Psicossocial – *Sítio na Internet «AEIPS»* [Em linha]. 2012. Disponível em <URL:<http://www.aeips.pt>>. Acesso em março de 2012.
- Bandeirinha, J. A. – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- Deshler, D.; Sock. D. – *Community Development Participation : A Concept Review of the International Literature*. Comunicação no International League for Social Commitment in Adult Education, Ljungskile, Sweden, 1985.
- Gaventa, J. – Poverty, Participation and Social Exclusion in North and South. *IDS Bulletin*. Vol. 29, No. 1 (January 1998) pp. 50-57.
- Gilmore, T.; Krantz, J.; Ramirez, R. – Action Based Modes of Inquiry and the Host-Researcher Relationship. *Consultation* .Vol. 5 No. 3 (1986).
- Henderson, P. – *CHOICE : Examples of Community Participation Methods in Europe*. Community Development Foundation, 2003.
- Henderson, P. – *Sítio na Internet «CEBSD : participaion toolkit»* [Em linha]. 2008. Disponível em <URL:<http://www.cebsd.org/participation.htm>>. Acesso em fevereiro de 2012.
- IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – *Sítio na Internet «Portal da habitação : Iniciativa Bairros Críticos»* [Em linha]. 2012. Disponível em <URL:<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc>>. Acesso em fevereiro de 2012.
- Nick Wates Associates – *Sítio na Internet «Community Planning : Methods»* [Em linha]. 2011. <URL:http://www.communityplanning.net/methods/street_stall.php>. Acesso em março de 2012.
- Ornelas, José – Nota de Abertura. *Análise Psicológica* [Em linha]. Vol. 15, n. 3 (Setembro 1997) pp. 371-373. Disponível em <URL:http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311997000300001&lng=en&nrn=iso>. Acesso em março de 2012.
- Porto Editora – *Infopédia : Enciclopédia e Dicionários Porto Editora* [Em linha]. 2003-2012. Disponível em <URL:<http://www.infopedia.pt>>. Acesso em março de 2012.

- Salvador, R.; Marques, B. – Fundo EFTA revisita Portugal : A Estratégia de Desenvolvimento de Rabo de Peixe. Atas do 14.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Universidade Nova de Lisboa. 2008.
- Sanoff, H. – *Community Participation Methods in Design and Planning*. New York : John Wiley & Sons, Inc, 2000.
- Slocum, N. – *Participatory Methods Toolkit : A practitioner's manual*. Belgian Advertising (B.AD), 2003.
- The Aga Khan Development Network – *Sítio na Internet «AKDN in Portugal : Desenvolvimento Urbano»* [Em linha]. 2007. Disponível em <URL:http://www.akdn.org/portugal_urbano.asp>. Acesso em março de 2012.
- Trickett, E. & Espino, S. – Collaboration and Social Inquiry : Multiple Meanings of a Construct and Its Role in Creating Useful and Valid Knowledge. *American Journal of Community Psychology*. Vol. 34, No. 1/2 (September 2004) pp. 1-69.
- União Europeia : *Sínteses de legislação da UE* [Em linha]. 2012. Disponível em <URL:http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/index_pt.htm>. Acesso em março de 2012.
- Wates, N. – *The Community Planning Handbook : How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*. London : Earthscan, 2000.
- Wikipédia : *A enciclopédia livre* [Em linha]. 2012. Disponível em <URL:<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em março de 2012.

Anexo 1

**Tabelas comparativas dos métodos e técnicas de participação comunitária
propostos por diversos autores**

Quadro 1.1 – Métodos propostos por Sanoff (2000)

<i>Designação do método ou técnica</i>	<i>Classificação</i>	<i>No caso de ser classificado como método, outros métodos semelhantes</i>	<i>No caso de ser classificado como técnica, outros métodos que a integram</i>
<i>Strategic planning</i>	Método	Não	-
<i>Visioning</i>	Método	Não	-
<i>Charrette process</i>	Método	<i>Charrette</i> (Slocum, N.)	-
<i>Community action planning</i>	Método	<i>Action planning event</i> (Wates, N.)	-
<i>Participatory action research</i>	Método	Não	-
<i>Participation techniques</i>	Técnicas	-	As técnicas apresentadas estão classificadas pelo autor em categorias que podem ser usadas nos mais variados métodos: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Awareness methods</i> (exhibits, news media, walking tours) - <i>Indirect methods</i> (surveys and questionnaires) - <i>Group interaction methods</i> (focus group, design-in) - <i>Open-ended methods</i> (community meeting, participatory cable television, planning ballot) - <i>Brainstorming methods</i> (gallery, pin card, nominal group technique, cranford slip writing, ringii process, delphi) - <i>Interactive brainstorming</i> (idea trigger, panel format) - <i>Group process</i> - <i>Digital technology</i>
<i>Participation games</i>	Método	<i>Gaming</i> (Wates, N.)	-
<i>Workshops</i>	Método	<i>Art workshop, Briefing workshop, Design workshop, Field workshop, Microplanning workshop, Open space workshop</i> (Wates, N.) <i>Future workshops</i> (Henderson, P.)	-
<i>Postoccupancy evaluation</i>	Método	<i>Participatory assessment, Monitoring and evaluation</i> (Slocum, N.)	-
<i>Visual preference and appraisal</i>	Método	<i>Choise Catalogues</i> (Wates, N.)	-

Quadro 1.2 – Métodos propostos por Wates (2000)

<i>Designação do método ou técnica</i>	<i>Classificação</i>	<i>No caso de ser classificado como método, outros métodos semelhantes</i>	<i>No caso de ser classificado como técnica, outros métodos que a integram</i>
<i>Action planning event</i>	Método	<i>Community action planning</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Activity week</i>	Técnica	-	Vários
<i>Architecture centre</i>	Técnica	-	Vários
<i>Art workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Award scheme</i>	Técnica	-	Vários
<i>Briefing workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Choise catalogue</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Community design centre</i>	Técnica	-	Planeamento comunitário de ações
<i>Community planning forum</i>	Técnica	-	Vários
<i>Community profiling</i>	Técnica	-	Avaliação pós-ocupação
<i>Design assistance team</i>	Técnica	-	Vários
<i>Design fest</i>	Técnica	-	Vários
<i>Design game</i>	Técnica	-	Vários
<i>Design workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Development trust</i>	Técnica	-	Vários
<i>Diagrams</i>	Técnica	-	Vários
<i>Electronic map</i>	Técnica	-	Vários
<i>Elevation montage</i>	Técnica	-	Vários
<i>Environment shop</i>	Técnica	-	Vários
<i>Feasibility fund</i>	Técnica	-	Vários
<i>Field workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Future search conference</i>	Método	<i>Visioning</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Gaming</i>	Método	<i>Participation games</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Ideas competition</i>	Técnica	-	Vários
<i>Interactive display</i>	Técnica	-	Vários
<i>Local design statment</i>	Técnica	-	Vários
<i>Mapping</i>	Técnica	-	Vários
<i>Microplanning workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Mobile unit</i>	Técnica	-	Vários
<i>Models</i>	Técnica	-	Vários
<i>Neighbourhood planning off</i>	Técnica	-	Vários
<i>Newspaper supplement</i>	Técnica	-	Vários
<i>Open house event</i>	Técnica	-	Vários
<i>Open space workshop</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Participatory editing</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Photo survey</i>	Método	<i>Workshop</i> (Sanoff, H.)	-

<i>Designação do método ou técnica</i>	<i>Classificação</i>	<i>No caso de ser classificado como método, outros métodos semelhantes</i>	<i>No caso de ser classificado como técnica, outros métodos que a integram</i>
<i>Planning aid scheme</i>	Técnica	-	Vários
<i>Planning day</i>	Método	<i>Charrette process</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Planning for real</i>	Técnica	-	Planeamento estratégico
<i>Planning weekend</i>	Técnica	-	Vários
<i>Prioritising</i>	Técnica	-	Vários
<i>Process planning session</i>	Técnica	-	Planeamento comunitário de ações
<i>Reconnaissance trip</i>	Técnica	-	Vários
<i>Review session</i>	Técnica	-	Avaliação pós-ocupação
<i>Risk assessment</i>	Técnica	-	Visão
<i>Roadshow</i>	Método	<i>Workshops</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Simulation</i>	Técnica	-	Vários
<i>Street stall</i>	Técnica	-	Vários
<i>Table scheme display</i>	Técnica	-	Vários
<i>Task force</i>	Método	<i>Workshops</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Urban design studio</i>	Técnica	-	Pesquisa ação participativa
<i>User group</i>	Técnica	-	Planeamento comunitário de ações
<i>Video soapbox</i>	Técnica	-	Vários

Quadro 1.3 – Métodos propostos por Henderson (2003)

<i>Designação do método ou técnica</i>	<i>Classificação</i>	<i>No caso de ser classificado como método, outros métodos semelhantes</i>	<i>No caso de ser classificado como técnica, outros métodos que a integram</i>
<i>Sucess analysis</i>	Técnica	-	Visão
<i>Resources inventory</i>	Técnica	-	Visão
<i>The lens method</i>	Técnica	-	Vários
<i>Future Workshops</i>	Método	<i>Visioning</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Consultation</i>	Método	<i>Citizens jury</i> (Slocum, N.)	-

Quadro 1.4 – Métodos propostos por Slocum (2003)

<i>Designação do método ou técnica</i>	<i>Classificação</i>	<i>No caso de ser classificado como método, outros métodos semelhantes</i>	<i>No caso de ser classificado como técnica, outros métodos que a integram</i>
<i>Charrette</i>	Método	<i>Charrette process</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Citizens jury</i>	Método	<i>Consultation</i> (Henderson, P.)	-
<i>Consensus conference</i>	Método	<i>Citizen jury</i> (Slocum, N.)	-
<i>Delphi</i>	Técnica	-	Planeamento estratégico, visão, sessões de trabalho, etc.
<i>Expert panel</i>	Método	Não	-
<i>Focus group</i>	Técnica	-	Planeamento estratégico, visão, sessões de trabalho, etc.
<i>Participatory assessment, monitoring and evaluation</i>	Método	<i>Postoccupancy evaluation</i> (Sanoff, H.)	-
<i>Planning cell</i>	Método	Não	-
<i>Scenarios workshop</i>	Método	<i>Visioning</i> (Sanoff, H.)	-
<i>The world cafe</i>	Método	Não	-

